

SISTEMA DE COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES
TERMO DE REFERÊNCIA

(Contratação de serviços SEM dedicação exclusiva de mão de obra, exceto de informática)

NP 01: Termo de Referência-Serviços SEM dedicação exclusiva de mão de obra, exceto TIC Nº 4/2026 - SECAO DE SERVICOS DE SAUDE

Termo de Referência - TR: documento necessário para a contratação de bens e serviços, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, sendo documento constitutivo da fase preparatória da instrução do processo de licitação.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO / UNIDADE DEMANDANTE

Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo

Contratante:

Nome Empresarial: Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo

CNPJ (MF): 27.476.100/0001-45

Inscrição Estadual: Isento - Inscrição Municipal: Isento

Rua Desembargador Homero Mafra, 60, Enseada do Suá. CEP 29050-906 - Vitória - ES

Tel. (27) 3334-2097/2143

E-mail: csp@tjes.jus.br

examesperiodicos@tjes.jus.br

Unidade Demandante:

Coordenadoria de Serviços Psicossociais e de Saúde (CSPS)

Geruza Maria de Almeida

2 - DEFINIÇÃO DO OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços em **Segurança e Saúde no Trabalho (SST)**, em conformidade com o art. 7º, inciso XXII, da Constituição Federal, com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego e suas atualizações, com a Resolução nº 207/2015 do Conselho Nacional de Justiça, que institui a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, com o Decreto nº 3.048/1999, bem como com as demais normas e legislações aplicáveis à matéria, incluindo o atendimento aos requisitos do eSocial relativos aos eventos de SST, para a execução dos itens descritos a seguir:

Item 1 – Revisão, atualização, reelaboração e avaliação contínua do Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (PGR) de cada unidade do PJES elencada no Adendo I deste Termo de Referência, em conformidade com a NR-01, Portaria MTE nº 1.419, de 27 de agosto de 2024, e suas atualizações.

Item 2- Elaboração, implementação e gerenciamento do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) para cada unidade do PJES elencada no Adendo I deste Termo de Referência, de acordo com NR-07, Portaria SEPRT n. 8.873, de 23 de julho de 2021, e suas atualizações;

Item 3- Realização de exames médicos ocupacionais, bem como exames complementares previstos no PCMSO e a critério do Médico do Trabalho Coordenador;

Item 4- Serviços de Perícia Técnica, sob demanda, para emissão do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), do Laudo Técnico de Insalubridade, do Laudo Técnico de Periculosidade e da realização de avaliação biopsicossocial, de acordo com a legislação vigente.

Item 5 - Consolidação, organização e disponibilização dos arquivos eletrônicos referente aos eventos de SST do eSocial, conforme prazos e exigências legais.

2.1.1 - O quantitativo a ser contratado corresponde ao descrito no Quadro 1, sendo que a contratação se dará pelo valor global da proposta.

QUADRO 1 - Quantidade

Item	CATSER	Descrição	Unidade	Quantidade estimada
1		Revisão, atualização, reelaboração e avaliação contínua do Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (PGR) de cada unidade do PJES elencada no Adendo I deste termo de referência, de acordo com a NR-01, portaria MTE n. 1.419, de 27 de agosto de 2024;		
1.1	8800	Realização de visitas técnicas a todas as unidades do PJES, com o objetivo de realizar o levantamento preliminar dos perigos, por meio de avaliação qualitativa e quantitativa, contemplando: a identificação e descrição dos perigos presentes nos ambientes de trabalho; a avaliação dos riscos ocupacionais associados, incluindo os de natureza física, química, biológica e ergonômica, conforme disposto na NR-01 e suas atualizações; a identificação dos grupos de trabalhadores expostos a esses riscos, subsidiando a elaboração e atualização do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR).	un	1*
1.2	8800	Revisão e elaboração de nova versão do PGR, assegurando sua integração aos demais instrumentos do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), tais como o PCMSO, avaliação dos riscos psicossociais, conforme item 2.1.2, análise de acidentes, LTCAT, laudos ambientais e ações de melhoria contínua.	un	1*
1.3	8800	Atuação mensal do Técnico de Segurança do Trabalho - objetiva prestar suporte técnico à equipe da CSPS, bem como realizar visitas técnicas às comarcas, conforme	un	24

		demanda, para atendimento das questões relacionadas à segurança no trabalho durante toda a vigência do contrato.		
1.4	8800	Relatório de Gestão do PGR bimestral (RB) – avaliação contínua: deverá conter o resultado das avaliações qualitativas e quantitativas das modificações/adequações realizadas nos ambientes de trabalho, visita a novas instalações do PJES, implantação de medidas de controle individual/coletiva, informações relativas à eficácia das medidas preventivas adotadas, o cumprimento de etapas previstas no Plano de Ação, reuniões, treinamentos. Ao final do contrato, deverá apresentar um relatório final (RF) compilando todas as informações de gestão do PGR.	un	11 (RB) + 1(RF)
1.5	8800	Plano de Ação	un	1*
2	Elaboração, implementação e gerenciamento do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) para cada unidade do PJES elencada no Adendo I deste Termo de Referência, de acordo com NR-07, portaria SEPRT n. 8.873, de 23 de julho de 2021.			
2.1	8818	Elaboração do PCMSO: descrição dos possíveis agravos à saúde relacionados aos riscos ocupacionais identificados, os exames clínicos e complementares necessários, os critérios de interpretação e planejamento das condutas relacionadas aos achados dos exames médicos, bem como a realização de relatório analítico sobre o desenvolvimento do programa	un	1*
2.2	8818	Relatório Analítico do PCMSO	un	2
3	Realização de exames médicos ocupacionais, bem como exames complementares previstos no PCMSO e a critério do Médico do Trabalho Coordenador.			
3.1	8818	Relatório Mensal de Execução do PCMSO: relatório mensal descritivo contendo relação nominal de magistrados e servidores, o quantitativo de exames ocupacionais realizados/emissão de Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), o quantitativo de exames complementares, Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) e pareceres emitidos, bem como das demais ações de saúde implementadas.	un	24
3.2	8818	Exame Admissional e emissão de ASO	un	285
3.3	22373	Exame Periódico e emissão de ASO	un	1300
3.4	8818	Exame de Retorno ao Trabalho e emissão de ASO	un	285
3.5	8818	Exame de Mudança de função e emissão de ASO	un	285
3.6	8818	Exame Demissional e emissão de ASO	un	285
3.7	20184	Exame complementar laboratorial: Hemograma Completo	un	1300
3.8	30010	Exame complementar laboratorial: Glicemia jejum	un	1300
3.9	30153	Exame complementar laboratorial: Hemoglobina glicada	un	1300
3.10	30010	Exame complementar laboratorial: Insulina	un	1300
3.11	30103	Exame complementar laboratorial: Triglicerídeos	un	1300
3.12	21571	Exame complementar laboratorial: Colesterol Total	un	1300
3.13	30175	Exame complementar laboratorial: Colesterol (HDL)	un	1300
3.14	30144	Exame complementar laboratorial: Colesterol (LDL)	un	1300
3.15	30157	Exame complementar laboratorial: AST (Transaminase Glutâmica Oxalacética -TGO)	un	1300
3.16	20184	Exame complementar laboratorial: ATL (Transaminase Glutâmico Pirúvica -TGP)	un	1300
3.17	30096	Exame complementar laboratorial: Gama-glutamilttransferase (GGT)	un	1300
3.18	21850	Exame complementar laboratorial: Uréia	un	1300
3.19	21598	Exame complementar laboratorial: Creatinina	un	1300
3.20	30161	Exame complementar laboratorial: Hormônio Tireoestimulante -TSH	un	1300
3.21	30155	Exame complementar laboratorial: T4 livre	un	1300
3.22	30150	Exame complementar laboratorial: Cortisol livre	un	1300
3.23	30165	Exame complementar laboratorial: 1,25-dihidroxi -Vitamina D	un	1300
3.24	30168	Exame complementar laboratorial: Vitamina B12	un	1300
3.25	30188	Exame complementar laboratorial: ácido fólico eritrocitário	un	1300
3.26	30106	Exame complementar laboratorial: Ferro sérico	un	1300
3.27	30168	Exame complementar laboratorial: Ferritina	un	1300
3.28	30138	Exame complementar laboratorial: PCR ultrasensível	un	1300

3.29	9040	Exame complementar laboratorial: Urina tipo I (Elementos Anormais e Sedimentoscopia - EAS)	un	1300
3.30	30159	Exame complementar laboratorial: Pesquisa de sangue oculto nas fezes-método imunocromatográfico)- para trabalhadores com 50 anos e mais.	un	602
3.31	25384	Exame complementar laboratorial: PSA total- para homens com 50 anos e mais.	un	270
3.32	6491	Eletrocardiograma para trabalhadores de 45 anos e mais.	un	780
4	Serviços de Perícia Técnica, sob demanda, para emissão do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), do Laudo Técnico de Insalubridade, do Laudo Técnico de Periculosidade e da realização de avaliação biopsicossocial, de acordo com a legislação vigente.			
4.1	8800	Elaboração do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT para todas as unidades do PJES. As visitas poderão ser realizadas de forma integrada com o levantamento de risco para o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), visando otimizar recursos e evitar duplicidade de esforços.	un	1*
4.2	8800	Revisão do LTCAT- Sempre que ocorrerem alterações significativas nas condições de trabalho (ex.: mudanças de layout, processos, agentes nocivos, medidas de controle), ou quando solicitado pela Administração, a CONTRATADA deverá proceder à revisão e atualização do LTCAT, conforme previsto no art. 284 da IN INSS/PRES nº 128/2022.	un	1*
4.3	8800	Laudo Técnico de Insalubridade	un	1*
4.4	8800	Laudo Técnico de Periculosidade	un	1*
4.5	8818	Realização de avaliação Biopsicossocial por equipe multidisciplinar	un	100
5	Consolidação, organização e disponibilização dos arquivos eletrônicos referente aos eventos de SST do eSocial, conforme prazos e exigências legais.			
5.1	8800	Entrega dos arquivos do eSocial em arquivos no formato XML, compatíveis com a versão atualizada do Sistema .	un	24

* A quantidade estimada considera o período de 24 meses e a realização de um documento técnico por unidade, atualmente 92 endereços, conforme Adendo I.

2.1.2 A avaliação dos riscos psicossociais será conduzida por equipe própria do PJES, cabendo à CONTRATADA a incorporação dos resultados ao PGR.

2.1.3 Para fins de elaboração do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), a unidade de referência corresponde a cada edificação ou comarca listada no Adendo I, sendo obrigatória uma visita técnica e a emissão de um documento técnico individualizado por cada localidade, salvo agrupamentos explicitamente autorizados pela CSPS.

2.1.4 Foi estimada a participação de 20% da força laboral nos exames periódicos, com base no histórico de adesão ao programa no período de 2023 a 2025, tendo sido ainda considerado o percentual de 3% do total de trabalhadores com deficiência.

2.1.5 O rol de exames complementares descritos no quadro I não contempla todos os exames que podem ser considerados a critério médico para fins de controle ocupacional, porém, alguns são os que constam no Decreto Federal no 6.856/2009, que dispõe sobre os exames médicos periódicos de servidores federais e foram elencados em caráter exemplificativo. Os exames que, porventura, não constarem na tabela e que tenham que ser realizados serão pagos por ressarcimento à CONTRATADA, na forma descrita no item 9.3.3.

2.1.6 Os programas de SST foram implementados a partir de setembro de 2022 e foram calculados de forma a manter a continuidade da prestação dos serviços.

a) A CONTRATADA deverá estar apta a dar continuidade ao PCMSO vigente, assumindo integralmente suas atividades no prazo máximo de 30 (trinta) dias. Essa continuidade deverá ser mantida até a reformulação do novo PCMSO, momento em que serão estabelecidas e implementadas as novas rotinas de trabalho.

2.1.7 Considerar-se-ão inclusas todas as despesas concernentes à execução dos serviços, com fornecimento de mão de obra necessária, encargos sociais, ferramentas, equipamentos, transporte, traslado dos materiais a serem utilizados, assistência técnica, benefícios, despesas indiretas, tributos ou quaisquer outras incidências.

2.1.8 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratual, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

2.2 Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade:

2.2.1 Os serviços desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar -ETP.

2.3 Classificação do objeto quanto ao modelo de execução:

2.3.1 Os serviços a serem contratados possuem natureza contínua, uma vez que, após celebrados e implementados, deverão ser coordenados e executados pela empresa CONTRATADA durante toda a vigência do contrato, de forma permanente e ininterrupta. A interrupção ou cessação desses serviços acarretaria prejuízos à continuidade das ações de saúde ocupacional, comprometendo sua utilidade ao interesse público e ocasionando descontinuidade danosa ao PJES. Assim, tais serviços enquadram-se como serviços contínuos, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, cuja execução ininterrupta é essencial ao atendimento das necessidades institucionais.

2.4 Prazo de vigência do contrato:

2.4.1 O prazo de vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da assinatura do instrumento contratual, podendo, de comum acordo entre as partes, ser prorrogado através de Termo Aditivo, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitado a 60 (sessenta) meses.

a) Todos os itens definidos no quadro, quantidades, item 2.1.1, são passíveis de renovação após 24 meses, conforme item 1.5.4.4.6 da Norma Regulamentadora 01 (NR-01).

3 - OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A contratação de empresa especializada em Segurança e Saúde no Trabalho - SST tem como objetivo dar continuidade ao Gerenciamento de Risco Ocupacional (GRO) no PJES e atuar na prevenção de riscos oriundos do meio ambiente de trabalho, através da identificação de perigos, da adoção de medidas preventivas e de detecção precoce de agravos à saúde decorrentes do processo de trabalho.

Segundo a NR-01, o GRO deve constituir um Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e contemplar ou estar integrado com planos, programas e outros documentos previstos na legislação de SST. Dessa forma, o PGR visa integrar as ações de saúde do trabalhador, promovendo a harmonização entre as ações desenvolvidas, além de garantir um processo de avaliação contínua dos perigos e agravos à saúde dos trabalhadores e das medidas preventivas necessárias para mitigar ou eliminar os riscos ocupacionais.

Considerando que os transtornos mentais são a principal causa de afastamentos entre os trabalhadores do PJES, além de figurarem entre as queixas mais frequentes nos exames periódicos, e tendo em vista a inclusão dos riscos psicossociais na revisão da NR-01 — cuja obrigatoriedade está prevista para entrar em vigor em 26 de maio de 2026 —, torna-se necessária a atualização do PGR, com ênfase nesse risco de grande impacto para a saúde dos trabalhadores do PJES. Neste aspecto, considerando que a Coordenadoria de Serviços Psicossociais conta com equipe multidisciplinar e acompanha a realidade de trabalho do PJES, a avaliação de tais riscos será realizada por equipe própria e incorporada ao PGR.

Em consonância com o PGR, o desenvolvimento do PCMSO seguirá as orientações da Norma Regulamentadora 7 (NR-7) e terá como base o Inventário de Risco desenvolvido no PGR e demais normas regulamentadoras. O objetivo do programa inclui o rastreamento e o diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho, a detecção de exposições a agentes nocivos ocupacionais, a definição da aptidão de cada trabalhador para exercer suas funções ou tarefas determinadas, a análise epidemiológica dos agravos à saúde, além de subsidiar decisões relacionadas à saúde do trabalhador.

A contratação visa também a identificação de elementos fundamentais para a elaboração do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), exigido pelo artigo 58 da Lei nº 8.213/91 e regulamentado pelo Decreto nº 3.048/99. Trata-se de um documento obrigatório, cuja finalidade é comprovar a exposição dos trabalhadores a agentes físicos, químicos ou biológicos prejudiciais à saúde. O LTCAT é essencial para a caracterização da atividade especial, necessária à concessão da aposentadoria especial, além de subsidiar o correto enquadramento previdenciário e o recolhimento das contribuições adicionais previstas em lei.

Além disso, o laudo também pode fornecer subsídios para a caracterização de atividades ou operações insalubres e perigosas, conforme previsto, respectivamente, na NR-15 – Atividades e Operações Insalubres e na NR-16 – Atividades e Operações Perigosas.

Ressalta-se, ainda, que as informações sobre as condições dos ambientes de trabalho prestadas ao eSocial, por meio do evento S-2240 (Condições Ambientais do Trabalho – Fatores de Risco), devem ser extraídas do LTCAT, reforçando sua importância como base técnica oficial para o cumprimento das obrigações legais e previdenciárias referentes aos trabalhadores vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

4 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Nos últimos anos, a Coordenadoria de Serviços Psicossociais e de Saúde (CSPS) tem acompanhado um crescente número de licenças por motivo da própria saúde. Considerando a força laboral do PJES, em 2024, 20,85% dos trabalhadores se afastaram pelo menos um dia ao ano, com média de 44,99 dias de afastamento por trabalhador. Entre os anos de 2015 e 2024, a média de dias de afastamento variou entre 26 e 45 dias por trabalhador, sugerindo a instalação de quadros crônicos e de pior prognóstico (Relatório de Licenças Médicas 2015–2024).

A contratação de programas de SST no PJES dará continuidade às ações de promoção da saúde ocupacional iniciadas em setembro de 2022, incluindo o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), bem como o Programa de Atendimento ao Trabalhador, por meio dos exames periódicos de saúde (Ato Normativo nº 399/2023). Tais ações são recomendadas pela Resolução nº 207/2015 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que instituiu a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário:

“ ...

Art. 5º Os tribunais devem, observadas as condições e realidades locais:

I – manter unidades de saúde no organograma da instituição, responsáveis pela assistência direta de caráter emergencial;

II – prestar assistência à saúde, de forma indireta, por meio de planos de saúde e/ou auxílio saúde, observados padrões mínimos de cobertura que poderão ser fixados pelo CNJ, bem como critérios de coparticipação.

§ 1º Os tribunais, o Conselho da Justiça Federal e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho podem realizar convênios entre si e entre instituições públicas para viabilizar a contratação de plano de saúde comum que ofereça melhores condições para seus usuários, sem prejuízo da eventual atuação do Conselho Nacional de Justiça.

§ 2º Os tribunais podem, observadas as previsões legais, fazer constar dos editais de licitação para contratação de serviços terceirizados a necessidade de a empresa contratada oferecer plano de saúde aos respectivos trabalhadores.

§ 3º As ações em saúde podem contemplar, no que couber, os trabalhadores terceirizados, especialmente quando não disponham de plano de saúde próprio.

Art. 6º São atribuições das unidades de saúde, sem prejuízo de outras estabelecidas em atos internos dos tribunais:

I – propor, coordenar e executar as ações em saúde;

II – prestar assistência à saúde de caráter emergencial;

III – realizar ações de promoção, prevenção e vigilância em saúde, tais como campanhas, pesquisas e ações de divulgação;

IV – realizar ou gerir exames periódicos de saúde;

V – proceder à análise ergonômica dos ambientes, processos e condições de trabalho;

VI – realizar perícias oficiais administrativas em saúde, promovendo a normatização e a uniformização dos critérios e procedimentos;

VII – realizar exames médicos admissional e, quando necessário, de retorno ao trabalho e demissional;

VIII – emitir ou homologar laudos de insalubridade e periculosidade;

IX – participar das análises de acidentes em serviço e doenças ocupacionais;

X – produzir e analisar dados estatísticos, tomando-os como subsídios para a propositura de novas ações na área de saúde.

§ 1º O disposto neste artigo não obsta, quando necessário, a contratação de instituição externa para auxiliar ou fornecer serviços especializados na área de saúde, observadas as previsões legais.

§ 2º As ações em saúde descritas no inciso I devem ser direcionadas, prioritariamente, à redução da incidência das patologias predominantes nos exames periódicos de saúde e aquelas identificadas como causas mais importantes de absenteísmo por doença.

§ 3º Para realizar as perícias oficiais em saúde de que trata o inciso VI, os tribunais podem solicitar auxílio de profissionais de saúde de outros órgãos do Poder Judiciário e de instituições públicas, facultada a utilização de videoconferência, conforme orientações dos órgãos regulamentadores.

§ 4º Para viabilizar a implementação do disposto no parágrafo anterior os tribunais devem compartilhar informações sobre a especialidade dos seus profissionais de saúde, quando inerente ao cargo, facultada a criação de cadastro nacional pelo CNJ. “

Além disso, o LTCAT atende à Súmula nº 33 para fins de concessão de aposentadoria especial, bem como ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a aposentadoria especial no âmbito dos Planos de Benefícios da Previdência Social.

Considerando, outrossim, que o PJES não conta com profissionais habilitados para implementar os Programas de SST, além dos demais serviços descritos no objeto deste Termo de Referência, faz-se necessária a contratação de empresa especializada e devidamente qualificada para tal finalidade. A contratação deverá ocorrer em lote único, uma vez que a execução dos programas é interdependente e deve manter coerência e harmonização entre as ações, garantindo maior eficiência e efetividade na prestação dos serviços.

Os serviços a serem contratados possuem natureza contínua, uma vez que, após celebrados e implementados, deverão ser coordenados e executados pela empresa CONTRATADA durante toda a vigência do contrato, de forma permanente e ininterrupta. A interrupção ou cessação desses serviços acarretaria prejuízos à continuidade das ações de saúde ocupacional, comprometendo sua utilidade ao interesse público e ocasionando descontinuidade danosa ao PJES. Assim, tais serviços enquadram-se como serviços contínuos, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, cuja execução ininterrupta é essencial ao atendimento das necessidades institucionais.

A contratação justifica-se, ainda, pela necessidade de cumprimento do art. 9º, inciso IX, da Resolução CNJ nº 227/2016, com a redação dada pela Resolução CNJ nº 298/2019, que estabelece a obrigatoriedade da realização de exame periódico anual por todos os servidores em regime de teletrabalho, de acordo com as diretrizes do órgão competente de saúde do Tribunal e nos termos da Resolução CNJ nº 207/2015. Tal obrigatoriedade é reforçada pelo art. 20, inciso XII, da Resolução TJES nº 057/2024, que impõe como dever do servidor em teletrabalho a realização do exame periódico anual, conforme as orientações da Coordenadoria de Serviços Psicossociais e de Saúde.

Nesse contexto, a contratação visa suprir a demanda técnica e operacional necessária à execução dos exames periódicos e das demais ações de Segurança e Saúde no Trabalho, assegurando o fiel cumprimento das normas mencionadas e contribuindo para a promoção de um ambiente de trabalho salubre, seguro e em conformidade com a legislação vigente.

Esta aquisição está devidamente alinhada ao Planejamento Estratégico do PJES 2021-2026, dentro do Macrodesafio: “Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas”, em consonância com o objetivo estratégico de “Consolidar a valorização de magistrados e servidores”, por meio da iniciativa estratégica de “Implantar ações que promovam a saúde e qualidade de vida no trabalho, de forma integrada e contínua”.

5 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

5.1 Revisão, atualização e avaliação contínua do Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (PGR) de cada unidade do PJES;

5.1.1 O PGR deverá obedecer aos dispositivos da NR-01 e futuras atualizações, Portaria MTE nº 1.419, de 27 de agosto de 2024;

a) O PGR deverá contemplar ou estar integrado com planos, programas e outros documentos previstos na legislação de SST;

b) O PGR deverá ser estruturado em software ou plataforma WEB de gestão de SST, que permita acessar informações de forma individualizada por trabalhador, emitir relatórios, bem como conter elementos compatíveis com a elaboração do LTCAT, além da transferência de dados conforme exigências do eSocial.

5.1.2 Os documentos técnicos que compõem o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) deverão ser elaborados por equipe técnica especializada e multidisciplinar, composta, no mínimo, por dois profissionais, conforme segue: Engenheiro de Segurança do Trabalho, com formação em Engenharia ou Arquitetura e, preferencialmente, com experiência comprovada em higiene ocupacional e Médico do Trabalho, devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina (CRM);

a) A CONTRATADA deverá emitir Anotação de Responsabilidade Técnica (ART/CREA) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT/CAU) para o Engenheiro de Segurança do Trabalho responsável técnico pelo PGR;

b) Poderão integrar a equipe técnica, como membros adicionais, Técnico de Segurança do Trabalho ou profissional de nível superior com especialização em Segurança e Saúde do Trabalho (SST), desde que sua atuação esteja alinhada com as exigências normativas aplicáveis ao escopo dos serviços contratados;

c) O PGR deverá ser implementado de forma individualizada por unidade do PJES, contemplando todos os ambientes e processos de trabalho onde atuam os trabalhadores (magistrados, servidores, servidores cedidos de outros órgãos, juízes leigos, policiais militares e profissionais terceirizados) residentes jurídicos e estagiários do PJES, conforme Adendo I deste termo de referência;

d) A CONTRATADA deverá disponibilizar, no mínimo uma vez por mês, um Técnico de Segurança do Trabalho para atuar presencialmente nas dependências da CONTRATANTE, com o objetivo de prestar suporte técnico à equipe da CSPS, bem como realizar visitas técnicas às comarcas, sob demanda, para atendimento das questões relacionadas à segurança no trabalho durante toda a vigência do contrato.

5.1.3 Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá manter reuniões periódicas, na modalidade virtual ou presencial, com a Coordenadoria de Serviços Psicossociais e de Saúde (CSPS) a fim de realizar o planejamento das fases do PGR, bem como apresentar relatórios e outras informações necessárias.

5.1.4 A CONTRATADA deverá realizar visitas técnicas de reconhecimento e reavaliação das características das atividades desempenhadas pelo PJES para reformulação e atualização do Inventário de Riscos Ocupacionais;

a) A reavaliação de todas as unidades deverá ocorrer no prazo máximo de dois anos;

b) O Inventário de Riscos terá enfoque qualitativo e quantitativo, contemplando a identificação e descrição dos perigos e a avaliação dos riscos ocupacionais (físicos, químicos, biológicos e ergonômicos), bem como a indicação dos grupos de trabalhadores sujeitos aos riscos;

c) A avaliação dos riscos psicossociais será realizada por equipe especializada da CONTRATANTE, que fará apresentação de um relatório técnico padrão com a devida avaliação, devendo ser incorporada ao PGR e ao Plano de Ação;

d) Deverá ser adotada a matriz de risco como ferramenta de avaliação de risco;

e) Para a avaliação ergonômica preliminar, a CONTRATADA deverá documentar as condições de trabalho inadequadas com fotografias, nas quais aparece o trabalhador executando as atividades consideradas de alta exigência;

f) A avaliação por Grupo de Exposição Similar (GES) será aceita na hipótese em que o grupo seja composto por servidores de uma mesma unidade, isto é, apenas os expostos às fontes de um só local de trabalho, garantindo maior credibilidade aos resultados;

g) As visitas presenciais serão realizadas em todas as unidades do PJES, cujos endereços encontram-se no Adendo I deste Termo de Referência;

h) Fica estabelecido que unidades passando por obras de reformas ou com conclusão de mudança de sede prevista para o prazo de vigência do contrato, somente serão avaliadas quando prontas, evitando custos com o retrabalho, uma vez que a mudança estrutural implica em nova avaliação;

i) A CONTRATADA será comunicada sobre a ocorrência de mudança nos endereços ou nos leiautes internos previstos no Adendo I, por meio de e-mail institucional da CONTRATANTE que informará o novo endereço ou mudança realizada, devendo a unidade ser avaliada ou reavaliada pela CONTRATADA;

j) As visitas técnicas realizadas pela CONTRATADA serão monitoradas por profissional do PJES designado para tal, o qual será responsável pela fiscalização dos serviços executados e pela comunicação entre a CONTRATADA e a unidade administrativa do PJES a ser visitada, baseando-se no cronograma de visitas construído em conjunto com a CSPS, após a assinatura do contrato.

k) Foram levantados preliminarmente alguns riscos que poderão ser consultados no Adendo II.

5.1.5 A CONTRATADA deverá elaborar um Plano de Ação atualizado, apontando situações nas quais as medidas preventivas poderão ser adotadas diretamente, e ainda:

- a) Apresentar o Plano de Ação por meio de reuniões com a administração do PJES, indicando as formas de eliminação dos riscos identificados e os procedimentos e investimentos de adequações necessários (ambiente físico, legislações e padronização de materiais, dentre outros);
- b) Indicar as formas de introduzir e disciplinar, através de normas e treinamentos, o uso consciente dos Equipamentos de Proteção Individuais (EPI's);
- c) Orientar os trabalhadores quanto aos procedimentos a serem adotados e limitações das medidas de prevenção;
- d) Devem integrar o Inventário de Riscos Ocupacionais, nesse caso, além das informações já previstas no item 1.5.7.3.2 da NR-01 (Portaria MTE n. 1.419/2024), o certificado de calibração dos aparelhos utilizados e a norma cuja metodologia foi utilizada na mensuração do agente nocivo;
- e) Deverá ser indicado ainda: Instrumentos utilizados: Tipo do equipamento, Marca, Modelo; Calibração: Inicial e Final; Horários: Inicial (h), Final (h); Metodologia; Tipo de Exposição: Habitual e Permanente, Habitual e Intermitente; Eventual; Tempo de Exposição: Diário (h), Semanal (dia), Mensal (semana); Dose (%), Valor Medido; Limite de Tolerância; Nível de Ação; Possíveis danos à saúde; Fonte geradora; Trajetória e meio de propagação.

5.1.6 O Inventário de Riscos e o Plano de Ação deverão ser avaliados de forma contínua, devendo a CONTRATADA apresentar relatório gerencial bimestral, com a indicação das alterações previstas e implementadas;

- a) O Relatório de Gestão deverá conter informações relativas à eficácia das medidas preventivas adotadas, o cumprimento de etapas previstas no Plano de Ação, as visitas presenciais realizadas para avaliação de risco, o monitoramento e a adequação dos ambientes de trabalho, dentre outras ações previstas no Plano de Ação;
- b) Ao final do contrato deverá apresentar um relatório final compilando todas as informações de gestão do PGR.

5.1.7 O PGR elaborado para o PJES deverá incluir informações quanto aos riscos ocupacionais sob sua gestão e que possam impactar nas atividades de prestação de serviço por empresa terceirizada e/ou outros;

5.1.8 Para fins do Gerenciamento de Risco Ocupacional a CONTRATADA prestará informações à CONTRATANTE quanto a assuntos especializados vinculados à SST;

5.1.9 A CONTRATADA deverá redigir os documentos do PGR atendendo aos itens obrigatórios da NR-01, aos requisitos do eSocial, no que tange às informações dos eventos de SST, fornecendo os dados em meio eletrônico, conforme exigidos pelos órgãos fiscalizadores.

- a) Os documentos/relatórios do PGR deverão ser transmitidos por correio eletrônico para a conta csp@tjes.jus.br da CONTRATANTE, no formato PDF/A;
- b) A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso ao software ou plataforma WEB de SST para a CSPS, para fins de gestão do contrato e auditorias de órgãos fiscalizadores;
- c) Os documentos previstos nas NRs deverão ser emitidos e armazenados em meio digital com certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), normatizada por lei específica.

5.1.10 Todos os documentos técnicos que compõem o PGR deverão ser assinados por profissionais legalmente habilitados e registrados nos respectivos conselhos de classe, conforme disposto nas NRs vigentes.

5.2 Da Elaboração, Implantação, Execução e Coordenação do PCMSO.

5.2.1 A elaboração do PCMSO deverá obedecer aos dispositivos da NR-07 e futuras atualizações, Portaria SEPRT nº 8.873, de 23 de julho de 2021 em harmonia com o disposto nas demais NRs.

5.2.2 Para a elaboração do PCMSO deverá ser indicado um Médico do Trabalho Coordenador.

- a) O PCMSO deverá ser elaborado com base no Inventário de Riscos e atualizado sempre que ocorrerem mudanças significativas nas avaliações de risco indicadas no relatório de gestão do PGR.
- b) O médico responsável pelo PCMSO, caso observe inconsistências no inventário de riscos da organização, deverá reavaliá-las em conjunto com os responsáveis pelo PGR.

5.2.3 O PCMSO deverá conter a completa descrição dos possíveis agravos à saúde relacionados aos riscos ocupacionais identificados, os exames clínicos e complementares necessários, os critérios de interpretação e planejamento das condutas relacionadas aos achados dos exames médicos, bem como a realização de relatório analítico sobre o desenvolvimento do programa.

5.2.4 O Médico do Trabalho deverá proceder à solicitação dos exames ocupacionais e complementares específicos para todos os magistrados e servidores, inclusive os que ingressarem nos seus quadros na vigência do contrato, conforme o risco ocupacional.

5.2.5 Os exames ocupacionais previstos e obrigatórios ao desenvolvimento do PCMSO, serão realizados pela CONTRATADA ao longo da vigência do contrato, observando os seguintes critérios:

- a) Para os magistrados e servidores efetivos segurados pelo IPAJM, realizará apenas o exame periódico e demissional.
- b) Para os servidores comissionados, realizará todos exames obrigatórios previstos no PCMSO.
- c) A Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) deverá ser emitida, dentro das hipóteses legais, respeitando os prazos de envio ao eSocial.

5.2.6 Os exames elencados no item 5.2.5 contemplam o exame clínico e os exames complementares, de acordo com as especificidades da NR-7 e demais NRs.

- a) Os custos para a realização dos mesmos ficarão a cargo da CONTRATADA, sem ônus para os trabalhadores do PJES.
- b) Os exames ocupacionais deverão obedecer aos prazos e à periodicidade prevista na NR-07.
- c) Para a realização do exame admissional, a CONTRATANTE encaminhará a autorização para agendamento devendo a CONTRATADA realizar o exame em até 1 dia útil contados a partir da autorização.
- d) A realização dos exames periódicos deverá ocorrer mediante convocação da Coordenadoria de Serviços Psicossociais e de Saúde (CSPS) por meio de publicação no e-diário (Diário da Justiça Eletrônico), obedecendo o respectivo mês de aniversário do magistrado e do servidor, o prazo de validade dos exames executados por cada trabalhador ou de

acordo com critérios estabelecidos pela CSPS que favoreçam a logística de execução dos exames.

e) A CONTRATADA deverá disponibilizar e utilizar ferramentas eletrônicas de comunicação para facilitar o agendamento, a confirmação de consulta e eventuais remarcações. As ferramentas, deverão ser de fácil acesso e utilização, tais como WhatsApp, Google agenda, dentre outros.

f) Para as microrregiões Central Serrana, Sudoeste Serrana, Litoral Sul, Central Sul, Caparaó, Rio Doce, Centro-Oeste, Nordeste e Noroeste, a convocação para a realização dos exames periódicos poderá ser estabelecida em período específico de cada ano, de preferência na data de aniversário do servidor.

g) Se durante a execução dos exames periódicos de saúde, houver a detecção de qualquer doença, ou ainda na hipótese de serem necessárias avaliações clínicas ou laboratoriais que não tenham relação com doenças ou acidentes ocasionados pelo trabalho ou atividade exercida pelo trabalhador examinado, a contratada deverá encaminhá-lo para a rede de assistência à saúde a que for conveniado, por não se configurar agravamento de natureza ocupacional.

h) A CONTRATADA deverá ter disponibilidade imediata para realizar os exames periódicos, utilizando como base o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) elaborado pela empresa contratada anteriormente, garantindo assim a continuidade do serviço de Saúde Ocupacional que já estava em andamento até que o novo PCMSO seja plenamente implementado e validado tecnicamente.

5.2.7 Para cada exame clínico ocupacional realizado, o médico emitirá o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), contendo as informações mínimas previstas na NR-07, que deverá ser comprovadamente disponibilizado ao trabalhador, devendo ser fornecido em meio físico quando solicitado.

5.2.8 Para a realização das consultas e dos exames dos trabalhadores, a CONTRATADA deverá observar os seguintes critérios:

a) Para a microrregião metropolitana, deverá disponibilizar, preferencialmente, Médico do Trabalho para a realização de consultas nas dependências da CONTRATANTE de acordo com a demanda de atendimento, obedecendo ao dimensionamento previsto no item 5.2.9, "d".

b) Os exames laboratoriais e eletrocardiograma realizados na microrregião metropolitana poderão ser subcontratados, conforme disposto no item 6.4.

b.1) Na microrregião metropolitana, a CONTRATADA deverá subcontratar laboratórios que possuam unidades de atendimento em, no mínimo, três cidades da microrregião, distribuídas em pelo menos 20 endereços distintos.

c) Deverá disponibilizar equipe técnica de enfermagem para a realização de triagem e poderá, preferencialmente, realizar o eletrocardiograma (ECG) nas dependências do TJES. O registro do ECG subsidiará a emissão do laudo por médico cardiologista que deverá ser emitido em até 24 horas após a realização do exame.

d) Para as demais microrregiões, a CONTRATADA deverá disponibilizar, preferencialmente, médico do trabalho para a realização das consultas em pelo menos duas cidades de cada microrregião, nas dependências das próprias comarcas ou através de "consultório móvel". Permitido o uso de subcontratação apenas para a realização dos exames laboratoriais e do eletrocardiograma, conforme item 6.4.

e) Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os recursos humanos e materiais necessários à execução do serviço, tais como maca portátil, balança portátil, esfigmomanômetro, estetoscópio, eletrocardiograma computadorizado e equipe de enfermagem.

5.2.9 O trabalhador deverá se deslocar até o local indicado pela CSPS/CONTRATADA para realização das consultas e emissão de atestados, sendo atendido, preferencialmente, pelo Médico do Trabalho nas dependências indicadas.

a) Os exames ocupacionais dos trabalhadores do PJES deverão ser realizados em regime de prioridade.

b) O local destinado à realização dos exames ocupacionais, deverá contar com acessibilidade, boas condições de higiene, iluminação, temperatura e conforto necessários ao bom atendimento dos trabalhadores.

c) Os exames ocupacionais deverão ser agendados de modo que o comparecimento não prejudique as atividades internas deste órgão, permitindo que o quantitativo de trabalhadores a ser examinado seja fracionado por consulta.

d) O quantitativo de profissionais Médicos do Trabalho deverá ser dimensionado de acordo com a Resolução CRM/ES nº 229/2010 do Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo, que dispõe acerca de parâmetros a serem observados no Atendimento Médico e/ou de Equipes Médicas, em que para cada médico o atendimento de pacientes ambulatoriais far-se-á na proporção de 16 consultas por período de 4 horas, devendo a CONTRATADA dispor de quantos médicos forem necessários para atender as demandas do PJES.

e) O prontuário médico eletrônico deverá atender à Resolução CFM nº 1.638/2002 do Conselho Federal de Medicina e atender a Resolução CFM nº 1.821/2007, quanto ao uso de sistema informatizado para a guarda e manuseio dos documentos dos prontuários dos pacientes, com acesso restrito por meio de login e senha apenas aos profissionais de saúde da CONTRATADA e aos profissionais de saúde da CSPS.

5.2.10 A CONTRATADA deverá elaborar Relatórios Mensais de Gestão do PCMSO que serão disponibilizados à CONTRATANTE até o 2º (segundo) dia útil do mês subsequente à realização dos exames ocupacionais, contendo a relação nominal de magistrados e servidores, o quantitativo de exames ocupacionais realizados/emissão de ASO, o quantitativo de exames complementares, bem como das demais ações de saúde implementadas.

a) O valor da realização de cada serviço descrito neste item deverá ser apresentado mensalmente ao longo da vigência do contrato. O pagamento ocorrerá de acordo com a execução dos serviços e será vinculado à entrega do relatório de Gestão do PCMSO.

b) O Relatório Mensal deverá ser transmitido por correio eletrônico para a conta examesperiodicos@tjes.jus.br da CONTRATANTE, no formato PDF/A, devidamente assinada pelo Médico do Trabalho Coordenador.

5.2.11 O médico responsável pelo PCMSO deverá elaborar relatório analítico do Programa, anualmente, contendo, no mínimo, as informações previstas na NR-07.

5.2.12 Os dados do PCMSO deverão ser gerenciados em sistemas de SST, integrados ao PGR, com acesso disponibilizado à CSPS, para fins de gestão do contrato e auditorias de órgãos fiscalizadores.

5.2.13 O CONTRATANTE poderá disponibilizar à CONTRATADA sistema informatizado, de uso exclusivo e acesso restrito à área de saúde, destinado ao registro e à gestão de informações relacionadas à Segurança e Saúde no Trabalho (SST), incluindo, entre outros, prontuários médicos, Atestados de Saúde Ocupacional (ASO), resultados de exames, laudos de teletrabalho e demais documentos correlatos.

5.2.14 A CONTRATADA deverá dispor de sistema informatizado para prontuário médico eletrônico dos trabalhadores, com estrutura definida pela Resolução CFM nº 1.638/2002 e demais normativas aplicáveis. Esse sistema deverá garantir a guarda, confidencialidade e integridade das informações, bem como permitir acesso restrito aos profissionais de saúde da CONTRATADA e aos profissionais de saúde da CSPS/CONTRATANTE, para fins de auditoria, gestão de saúde e cumprimento legal.

5.2.15 O sistema informatizado de prontuário médico eletrônico deverá permitir, além do acesso restrito à equipe da CONTRATANTE para fins de auditoria, a disponibilização, mediante solicitação formal, de cópia integral dos prontuários médicos individuais, sempre que necessário ao cumprimento de obrigações legais, respeitando a confidencialidade e legislação vigente sobre dados sensíveis.

5.2.16 A CONTRATADA será responsável pela gestão completa do agendamento dos exames ocupacionais periódicos, em articulação com a CSPS. O sistema deverá permitir o acompanhamento do comparecimento, reprogramações, registro de ausência e relatórios gerenciais. A CONTRATADA deverá apresentar plano de logística e comunicação ativa com os trabalhadores, respeitando o cronograma definido pela CONTRATANTE.

5.3 Serviços de Perícia Técnica, sob demanda:

5.3.1 A CONTRATADA deverá elaborar o Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT para todas as unidades do PJES, conforme listagem constante no Adendo I deste Termo de Referência.

a) O processo deverá obedecer integralmente à legislação previdenciária e trabalhista vigente, notadamente o art. 58 da Lei nº 8.213/1991, o Decreto nº 3.048/1999 (Anexo IV), e a Instrução Normativa INSS/PRES nº 128/2022, bem como as diretrizes da NR-01, NR-07, NR-09 e NR-15, quando aplicáveis.

5.3.2 A CONTRATADA deverá elaborar o Laudo Técnico de Insalubridade, para avaliar a exposição dos trabalhadores a agentes nocivos à saúde, como ruído, calor, agentes físicos, químicos e biológicos, determinando o direito ao adicional de insalubridade, elaborados conforme a NR-15.

5.3.3 A CONTRATADA deverá elaborar o Laudo Técnico de Periculosidade que avalia a exposição dos trabalhadores a agentes considerados perigosos, como inflamáveis, explosivos, eletricidade e radiações ionizantes, determinando o direito ao adicional de periculosidade, elaborados conforme a Norma Regulamentadora nº 16 (NR-16).

5.3.4 A CONTRATADA deverá emitir a Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) do profissional legalmente habilitado (engenheiro de segurança ou médico do trabalho), antes do início das atividades.

5.3.5 A CONTRATADA deverá visitar cada unidade para conhecer os ambientes de trabalho, setores, instalações, processos e atividades realizadas. Estas visitas poderão ser realizadas de forma integrada com o levantamento de risco para o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), visando otimizar recursos e evitar duplicidade de esforços.

a) A CONTRATADA poderá levantar e analisar documentos já existentes relacionados à Segurança e Saúde no Trabalho de cada unidade, como PGR, PCMSO, laudos anteriores, fichas de EPI, relatórios de acidentes e ordens de serviço.

b) Identificar todos os cargos, funções e tarefas desempenhadas pelos trabalhadores, documentando os aspectos operacionais relevantes à exposição a agentes nocivos.

c) Registrar informações sobre a jornada, frequência, tempo de exposição e formas de controle adotadas, como uso de EPI, EPC, ventilação, e medidas administrativas.

5.3.6 O LTCAT, o Laudo Técnico de Insalubridade e o Laudo Técnico de Periculosidade elaborados deverão conter, no mínimo:

a) Identificação da unidade e setor avaliados.

b) Descrição das atividades e funções analisadas.

c) Relação detalhada dos agentes nocivos identificados (físicos, químicos, biológicos).

d) Descrição da metodologia utilizada na avaliação ambiental.

e) Apresentação dos resultados das medições, com interpretação técnica.

f) Análise da eficácia das medidas de controle (EPI/EPC).

g) Indicação expressa do direito ou não ao adicional correspondente, conforme previsto nas NR-15 e NR-16.

5.3.7 O LTCAT, o Laudo Técnico de Insalubridade e o Laudo Técnico de Periculosidade deverão ser entregues em formato digital (PDF), com assinatura digital válida (certificado ICP-Brasil).

a) Os dados obtidos para a elaboração do LTCAT deverão contemplar as exigências previstas no eSocial, especialmente no que se refere à descrição dos ambientes de trabalho e ao evento S-2240 – Condições Ambientais do Trabalho, assegurando a consistência das informações com os registros dos riscos ocupacionais, exposições e medidas de controle adotadas, conforme estabelecido no Manual de Orientação do eSocial vigente.

5.3.8 O LTCAT deverá estar estruturado de forma a subsidiar o correto preenchimento e envio do evento S-2240 – Condições Ambientais do Trabalho.

5.3.9 O LTCAT deverá ser compatível com o conteúdo do PGR, PCMSO e demais documentos de SST vigentes em cada unidade.

5.3.10 Sempre que ocorrerem alterações significativas nas condições de trabalho (ex.: mudanças de layout, processos, agentes nocivos, medidas de controle), ou quando solicitado pela Administração, a CONTRATADA deverá proceder à revisão e atualização do LTCAT, conforme previsto no art. 284 da IN INSS/PRES nº 128/2022.

5.3.11 A CONTRATADA deverá estar apta a realizar avaliação biopsicossocial, sempre que solicitado, em articulação com a equipe responsável pela execução do PCMSO. Essa avaliação deverá ter como finalidade a análise do grau de deficiência e a definição do grau de limitação funcional do trabalhador, conforme legislação vigente.

a) Os profissionais envolvidos deverão apresentar comprovação de formação, experiência e/ou capacitação específica em avaliação biopsicossocial conforme diretrizes da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e demais normativas aplicáveis.

b) A equipe técnica responsável pela avaliação biopsicossocial deverá ser composta por, no mínimo, dois profissionais de nível superior da área da saúde, preferencialmente com experiência na aplicação de instrumentos validados, tais como o Índice de Funcionalidade Brasileiro Aplicado (IFBr-A) e o Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IFBr-M) e suas versões atualizadas.

c) A CONTRATADA deverá utilizar instrumento de avaliação biopsicossocial validado e em vigência no território nacional, devendo elaborar e apresentar Relatório Técnico conclusivo, assinado pelos profissionais responsáveis, contendo a descrição da metodologia utilizada, análise dos dados, classificação do grau de deficiência e limitação funcional.

d) A avaliação deverá ser realizada no prazo máximo de 30 dias após a solicitação formal da CONTRATANTE, com disponibilidade para realização em ambiente presencial, conforme necessidade.

e) A CONTRATANTE poderá disponibilizar sistema informatizado próprio para o lançamento, registro e gestão das informações relativas ao Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), concedendo à CONTRATADA acesso restrito e controlado, exclusivamente aos profissionais formalmente designados para a execução dos serviços, observado o cumprimento das normas de segurança da informação, confidencialidade e proteção de dados vigentes no âmbito do PJES.

5.4 Dos Eventos de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) do eSocial

5.4.1 Os dados referentes aos Eventos de SST do eSocial deverão ser gerados e avaliados junto ao desenvolvimento do PGR, LTCAT e PCMSO observando as atualizações do sistema, contemplando os seguintes eventos conforme o Manual de Orientação do eSocial, versão S-1.3 (novembro de 2025), ou a versão que vier a substituí-la:

a) S-2210 - Comunicação de Acidente de Trabalho;

b) S-2240 - Condições Ambientais do Trabalho.

5.4.2 O envio obrigatório de dados do eSocial se referem aos servidores exclusivamente comissionados vinculados ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS);

5.4.3 Para o evento S-2240, a CONTRATADA fará a avaliação de riscos tendo como base a Tabela 24, que elenca os “Agentes Nocivos e Atividades – Aposentadoria Especial”;

a) Todos os riscos aos quais o trabalhador está exposto devem ser informados. Caso não haja exposição a risco, deve ser informado o código 09.01.001 (Ausência de fator de risco ou atividades previstas no Anexo IV do Decreto 3.048/1999) da Tabela 24.

b) A administração decidirá quanto à inclusão da informação para os servidores vinculados ao IPAJM (RPPS), para fins de cumprimento do que dispõe a Nota Técnica 2/2014/CGNAL/SPPS/MPS.

5.4.4 A CONTRATADA deverá garantir a transmissão dos arquivos do eSocial referentes aos eventos de SST por correio eletrônico para a conta csps@tjes.jus.br da CONTRATANTE em arquivos no formato XML, compatíveis com a versão atualizada do Sistema (ver Leiautes e respectivos esquemas XSD em <https://www.gov.br/esocial/pt-br/documentacao-tecnica>);

5.4.5 A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso remoto ou por meio de plataforma WEB para acesso às informações sobre exposição de riscos do meio ambiente de trabalho e sua vinculação com cada trabalhador exposto, disponibilizando login e senha do sistema, para fins de gestão do contrato e auditorias de órgãos fiscalizadores.

6 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 Requisitos de sustentabilidade

6.1.1 A CONTRATADA deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, nos termos do art. 225 da Constituição Federal de 1988 e do art. 11 da Lei nº 14.133/2021, observando diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental em todas as fases da contratação.

6.1.2 Priorizar o uso de sistemas informatizados e plataformas digitais para a gestão do PGR, PCMSO, prontuários médicos, laudos, relatórios e comunicações, de modo a reduzir o consumo de papel e outros insumos físicos.

6.1.3 Adotar, sempre que tecnicamente viável, a realização de reuniões, capacitações e atividades de acompanhamento em formato virtual, com o objetivo de reduzir deslocamentos, consumo de combustível e emissão de gases de efeito estufa.

6.1.4 Promover o uso racional de recursos naturais, especialmente energia elétrica, água e materiais de consumo, durante a execução dos serviços, tanto nas dependências da CONTRATANTE quanto nas unidades de atendimento da CONTRATADA.

6.1.5 Assegurar a adequada segregação, acondicionamento, transporte e destinação ambientalmente correta dos resíduos gerados em decorrência dos exames ocupacionais e demais atividades assistenciais, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), normas sanitárias e legislação ambiental vigente.

6.1.6 Observar as boas práticas de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, incluindo resíduos biológicos, químicos, perfurocortantes e comuns, garantindo o tratamento adequado e a destinação final ambientalmente correta.

6.1.7 Priorizar, sempre que possível, a utilização de insumos, equipamentos e materiais que apresentem maior durabilidade, eficiência e menor impacto ambiental, desde que compatíveis com os requisitos técnicos e normativos aplicáveis aos serviços de Segurança e Saúde no Trabalho.

6.1.8 A eventual impossibilidade de adoção de critérios ou práticas de sustentabilidade deverá ser devidamente justificada pelo gestor competente nos Estudos Técnicos Preliminares ou nos autos do processo administrativo, nos termos do § 1º do art. 9º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022.

6.2 Requisitos de acessibilidade

6.2.1 A execução dos serviços deverá observar os princípios da acessibilidade universal, da inclusão e da não discriminação, garantindo condições adequadas de acesso e atendimento aos magistrados, servidores e demais trabalhadores do PJES, inclusive pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em conformidade com a Lei nº 13.146/2015.

6.2.2 A CONTRATADA deverá assegurar que os locais destinados à realização de consultas médicas, exames ocupacionais e demais atendimentos presenciais disponham de condições adequadas de acessibilidade física.

6.2.3 Quando os atendimentos forem realizados nas dependências da CONTRATANTE ou em unidades externas, a CONTRATADA deverá observar as condições de acessibilidade existentes e adotar medidas que viabilizem o atendimento adequado.

6.2.4 Os sistemas informatizados, plataformas digitais e ferramentas eletrônicas utilizadas deverão observar critérios de acessibilidade digital, sempre que tecnicamente viável.

6.2.5 Nos casos que demandem atendimentos específicos, a CONTRATADA deverá adotar procedimentos compatíveis com as limitações funcionais do trabalhador, assegurando atendimento adequado.

6.2.6 A eventual impossibilidade de atendimento a algum requisito de acessibilidade deverá ser devidamente justificada e comunicada à CONTRATANTE, com a indicação das medidas alternativas adotadas.

6.3 Requisitos de segurança e proteção de dados

6.3.1 A CONTRATADA deverá observar integralmente a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), atuando como operadora de dados pessoais, enquanto a CONTRATANTE figura como controladora.

6.3.2 Os dados e informações tratados no âmbito da execução do PGR, PCMSO, exames ocupacionais, prontuários médicos eletrônicos e sistemas de SST deverão ser protegidos quanto à confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade e legalidade.

6.3.3 Os sistemas informatizados deverão adotar controles de segurança compatíveis com a natureza sensível dos dados tratados.

6.3.4 O acesso aos prontuários médicos eletrônicos será restrito aos profissionais de saúde legalmente habilitados e autorizados.

6.3.5 É vedado o compartilhamento de credenciais de acesso aos sistemas utilizados.

6.3.6 A CONTRATADA deverá adotar medidas para impedir o acesso não autorizado a sistemas, dados e informações do PJES.

6.3.7 Os documentos digitais deverão ser armazenados em meio eletrônico seguro, com assinatura digital válida, preferencialmente no padrão ICP-Brasil.

6.3.8 Ao término do contrato, a CONTRATADA deverá disponibilizar à CSPS o acesso integral às bases de dados e documentos produzidos.

6.3.9 A CONTRATADA deverá devolver ou eliminar, de forma segura, todas as mídias que contenham dados do PJES, quando autorizado.

6.3.10 A CONTRATADA deverá cumprir integralmente a Política de Segurança da Informação do PJES.

6.3.11 Incidentes de segurança da informação deverão ser comunicados imediatamente ao Gestor do Contrato.

6.3.12 A CONTRATADA deverá cooperar com auditorias e fiscalizações relacionadas à proteção de dados.

6.4 Da subcontratação

6.4.1 A subcontratação de parcelas do objeto poderá ocorrer, desde que previamente autorizada pela Administração.

6.4.2 A subcontratação observará o disposto no art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

6.4.3 São passíveis de subcontratação exclusivamente:

a) exames complementares previstos no PCMSO.

6.4.4 É vedada a subcontratação integral do objeto.

6.4.5 A parcela subcontratada não poderá ultrapassar 40% do valor total do contrato.

6.4.6 Para autorização da subcontratação, deverão ser apresentados os documentos exigidos pela Administração.

6.4.7 O contratado permanecerá integralmente responsável pela execução do objeto.

6.4.8 A substituição de subcontratada dependerá de autorização prévia.

6.4.9 A Administração poderá indeferir ou revogar a autorização de subcontratação.

6.4.10 A subcontratada deverá atender aos requisitos de acessibilidade.

6.5 Da participação de consórcios

6.5.1 Não será permitida a participação de empresas em consórcio, tendo em vista a natureza contínua, o escopo definido e a viabilidade de execução do objeto por empresa individualmente considerada.

6.6 Da vistoria

6.6.1 O PJES facultará às empresas interessadas a realização de vistoria prévia nos locais de execução dos serviços.

6.6.2 A vistoria terá caráter informativo.

6.6.3 A vistoria poderá ser realizada em dias úteis, das 12h às 18h, mediante agendamento prévio.

6.6.4 Não será permitida vistoria concomitante de duas ou mais empresas.

6.6.5 Poderá ser disponibilizada amostra dos documentos do PGR e do PCMSO, observadas as regras de confidencialidade e proteção de dados.

6.6.6 A não realização da vistoria não eximirá a contratada do cumprimento das obrigações contratuais.

7 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 A execução do objeto contratado observará as condições, rotinas e etapas estabelecidas neste Termo de Referência, desde o recebimento da Ordem de Serviço até a entrega final dos produtos, nos termos do art. 6º, inciso XXIII, alínea "e", da Lei nº 14.133/2021.

7.2 A prestação dos serviços será realizada de forma planejada, contínua e integrada, compreendendo, entre outras atividades, a realização de visitas técnicas presenciais às unidades do PJES elencadas no Adendo I, a elaboração, revisão e atualização de programas, laudos e relatórios técnicos, a execução de exames médicos ocupacionais e complementares, bem como a transmissão dos eventos de SST ao eSocial, observados os prazos e exigências legais.

7.3 A prestação dos serviços será contratada em regime de execução indireta, mediante empreitada por preço global, cabendo à CONTRATADA a responsabilidade integral pela organização, coordenação e execução das atividades necessárias ao fiel cumprimento do objeto contratado.

7.4 A CONTRATADA deverá, no momento da assinatura do contrato, indicar formalmente um preposto com capacidade técnica e gerencial para representá-la na execução do contrato e tratar de todos os assuntos relacionados a este instrumento, conforme previsto no art. 117, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados.

7.5 A comunicação entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE ocorrerá unicamente por intermédio do Preposto e do Gestor do Contrato (titular ou substituto), respectivamente.

7.6 Para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá observar a descrição detalhada dos serviços constante neste Termo de Referência, incluindo os itens, quantitativos, prazos e produtos previstos.

7.7 Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá agendar reunião com a equipe da CSPS em até 05 (cinco) dias corridos, a partir da assinatura do contrato, com a finalidade de alinhar o cronograma, fluxos de execução e responsabilidades.

7.8 Os serviços deverão ter sua execução iniciada após definição do cronograma e data de recebimento da Ordem de Serviço, devendo a CONTRATADA informar, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido.

7.9 A Ordem de Serviço será encaminhada à CONTRATADA para o endereço eletrônico fornecido no momento da assinatura do contrato, devendo a empresa confirmar seu recebimento no prazo máximo de 03 (três) dias úteis. Em caso de ausência de confirmação no prazo apresentado, a Ordem de Serviço será encaminhada por correspondência registrada com Aviso de Recebimento, para o endereço físico informado na licitação.

7.9.1 A data do recebimento, para efeito de contagem de prazo, será considerada a data em que a CONTRATADA confirmar o recebimento da Ordem de Serviço por meio do endereço eletrônico ou pelo retorno do Aviso de Recebimento pelos Correios, o que ocorrer primeiro.

7.10 A CONTRATADA deverá disponibilizar equipe técnica própria, composta por profissionais especializados, devidamente qualificados e habilitados para a prestação dos serviços, sendo de sua exclusiva responsabilidade a seleção, o vínculo, a remuneração e os encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais

correspondentes.

7.10.1 A CONTRATADA terá até 45 (quarenta e cinco) dias para apresentar a Certidão de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e no Conselho Regional de Medicina (CRM).

7.11 Os profissionais selecionados pela CONTRATADA para a prestação dos serviços deverão avaliar, por meio de visitas técnicas, os endereços descritos no Adendo I deste Termo de Referência, bem como as unidades anexas aos Fóruns, tais como arquivos, almoxarifados e salas de guarda de materiais apreendidos, onde os trabalhadores do PIES habitualmente executam suas atividades.

7.11.1 As visitas técnicas serão realizadas em dias úteis e no horário de funcionamento institucional, das 12h às 18h.

7.12 A equipe técnica da CONTRATADA deverá contar com profissionais especializados, devidamente qualificados e habilitados, devendo apresentar os documentos comprobatórios de formação acadêmica, especialização e regularidade profissional exigidos neste Termo de Referência, os quais poderão ser solicitados a qualquer tempo pela CONTRATANTE durante a execução do contrato, devendo estar apta a apresentar os seguintes documentos:

7.12.1 Diploma de conclusão do curso de Medicina, para os que forem atuar como Médicos do Trabalho.

7.12.2 Diploma de conclusão do curso de Engenharia ou Arquitetura, para os que forem atuar como Engenheiros de Segurança do Trabalho.

7.12.3 Diploma de graduação em nível superior (licenciatura ou bacharelado) e certificado de conclusão de especialização em SST, para os que forem atuar na elaboração do PGR, como membros da equipe multidisciplinar.

7.12.4 Certificado de conclusão de curso de especialização em Medicina do Trabalho, em nível de pós-graduação, ou certificado de residência médica em área de concentração em saúde do trabalhador, ambos ministrados por Instituições de Ensino Superior (IES) que mantenham curso de graduação em Medicina, para o caso de Médico do Trabalho.

7.12.5 Certificado de conclusão de curso de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, em nível de pós-graduação, para o caso de Engenheiro de Segurança do Trabalho.

7.12.6 Para os profissionais médicos e engenheiros que executarão os serviços de Medicina e Segurança do Trabalho no Estado do Espírito Santo, diverso de seu Estado de origem, será necessária a apresentação de regularidade de inscrição profissional junto ao CRM-ES, no caso de Médico do Trabalho, e junto ao CREA-ES, no caso de Engenheiro de Segurança do Trabalho. Para o profissional de Arquitetura, será necessária apenas a regularidade no Conselho de Classe do seu Estado de origem.

7.12.7 Regularidade de registro do Técnico de Segurança do Trabalho junto ao Ministério do Trabalho.

7.12.8 Anotação de Responsabilidade Técnica (ART/CREA) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT/CAU) para o Engenheiro de Segurança do Trabalho responsável técnico pelo PGR, LTCAT e demais laudos.

7.12.9 Os laboratórios credenciados para a realização dos exames complementares (itens 3.7 a 3.31 do Quadro 1) deverão possuir certificação de qualidade reconhecida, como o Programa de Acreditação de Laboratórios Clínicos (PALC) ou equivalente, ou, alternativamente, comprovar o atendimento às Boas Práticas Laboratoriais (BPL), mediante apresentação de certificado de controle de qualidade externo (PNCQ) vigente.

7.12.10 Os documentos solicitados deverão ser apresentados no prazo de até 02 (dois) dias úteis, em atenção ao Gestor do Contrato (titular ou substituto), sujeitando a CONTRATADA às penalidades contratuais em caso de irregularidade quanto à qualificação exigida.

7.13 A CONTRATADA terá o prazo de até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, para realizar as visitas técnicas a todas as unidades do PIES e, ao final, apresentar o Inventário de Riscos e o Plano de Ação, documentos integrantes do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR).

7.13.1 A CONTRATADA deverá atualizar o PGR por meio das atividades previstas no Relatório de Gestão Bimestral.

7.13.2 Os Relatórios de Gestão Bimestral do PGR deverão ser entregues até o 2º (segundo) dia útil do bimestre subsequente ao período de referência.

7.13.3 O Relatório Final do PGR deverá ser entregue até o penúltimo dia útil que anteceder o encerramento do contrato.

7.14 A CONTRATADA deverá dar continuidade ao PCMSO vigente no momento da contratação, considerando tratar-se de programa de caráter contínuo, devendo iniciar sua execução no prazo de até 30 (trinta) dias. Após a elaboração e atualização do novo PCMSO, as rotinas de trabalho deverão ser adequadas às diretrizes estabelecidas no documento atualizado.

7.14.1 A CONTRATADA terá até 60 (sessenta) dias úteis para entregar/apresentar o novo PCMSO, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço.

7.14.2 O Relatório Mensal de Execução do PCMSO e a transmissão dos arquivos do eSocial deverão ser entregues à CONTRATANTE até o 2º (segundo) dia útil do mês subsequente à realização dos exames e à geração dos dados para o eSocial.

7.14.3 O primeiro Relatório Analítico do PCMSO deverá ser entregue até o 12º (décimo segundo) mês contado a partir da data de implantação do programa, devendo o segundo relatório ser apresentado até o penúltimo dia útil anterior ao encerramento da vigência contratual.

7.15 Os prazos estipulados neste item poderão ser prorrogados, uma única vez, mediante solicitação formal devidamente justificada pela CONTRATADA e aceita pelo Gestor do Contrato.

7.16 Os serviços prestados deverão obedecer aos prazos previstos no Cronograma de execução, conforme Quadro 2 a seguir:

QUADRO 2-Cronograma de Execução Mensal

Atividades		Cronograma de Execução Mensal																		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
	Reunião com a CSPS																			
	Revisão e atualização do PGR																			
	Relatório Bimestral de Gestão do PGR e relatório Final (Avaliação Contínua do PGR)																			
	Plano de Ação																			
	Elaboração do PCMSO																			
	Relatório Mensal de Execução do PCMSO																			
	Relatório Analítico do PCMSO																			
	Elaboração do LTCAT																			
	Disponibilização dos arquivos do eSocial																			

8 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1 A gestão e a fiscalização da execução do contrato serão realizadas pelo Órgão CONTRATANTE, por meio de servidores formalmente designados, na forma do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

8.2 A execução contratual obedecerá ao disposto no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo. Versão 4 / Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo – Vitória: TJES, Secretaria-Geral / Núcleo de Planejamento das Contratações, 2025, bem como às demais normas internas aplicáveis.

8.3 O acompanhamento e a fiscalização da execução contratual terão por finalidade verificar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, a conformidade dos serviços prestados com as especificações, prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato e na Ordem de Serviço.

8.4 Compete ao Gestor do Contrato coordenar as atividades de gestão contratual, promover o acompanhamento da execução, dirimir dúvidas administrativas, analisar pedidos de prorrogação de prazo, registrar ocorrências relevantes e adotar as providências necessárias à fiel execução do contrato.

8.5 Compete ao Fiscal do Contrato acompanhar e fiscalizar a execução técnica dos serviços, verificar a qualidade e a regularidade da prestação, solicitar correções quando necessário, atestar a execução dos serviços e subsidiar o Gestor do Contrato quanto à adoção de providências administrativas e à eventual aplicação de sanções.

8.6 A CONTRATADA deverá indicar formalmente, antes do início da execução dos serviços, preposto com capacidade técnica e gerencial para representá-la durante toda a vigência contratual, nos termos do art. 117, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

8.7 A designação do preposto deverá indicar, de forma expressa, seus poderes e deveres, cabendo-lhe atuar como interlocutor da CONTRATADA junto à CONTRATANTE, receber comunicações oficiais, acompanhar a execução dos serviços e adotar as providências necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais.

8.8 A comunicação entre as partes ocorrerá, preferencialmente, por intermédio do Gestor do Contrato e do preposto da CONTRATADA, respectivamente, sem prejuízo do uso de outros meios formais admitidos pela Administração.

8.9 O acompanhamento e a fiscalização da execução contratual não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato.

8.10 O recebimento dos serviços observará os procedimentos e critérios previstos neste Termo de Referência, no contrato e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo – Versão 4 (2025).

8.11 As ocorrências verificadas durante a execução contratual serão registradas e tratadas na forma prevista no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos do PJES – Versão 4 (2025), podendo ensejar a aplicação das penalidades previstas na legislação vigente, neste Termo de Referência e no contrato.

9 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1 Metodologia de avaliação da qualidade e aceite dos serviços executados:

Tendo como base os itens descritos no objeto - item 2 deste termo, os serviços executados serão avaliados e aceitos considerando as seguintes condições:

9.1.1 O objeto descrito no item 1 (PGR) será aceito mediante conferência dos dados no sistema de SST e/ou relatórios emitidos pela CONTRATADA conforme descrição da solução como um todo, item 5.1, com destaque para o atendimento aos seguintes pontos:

- a) O Inventário de Riscos contempla todas as unidades do PJES, conforme Adendo I.
- b) O Sistema gera relatório individual por localização do trabalhador.
- c) O documento atende a NR-01 e contém elementos compatíveis com a elaboração do LTCAT e os eventos previstos no Sistema eSocial.
- d) Estar devidamente assinados pelos profissionais responsáveis.
- e) O serviço foi realizado dentro do prazo de execução.

9.1.2 O objeto descrito no item 2- (PCMSO) será aceito mediante conferência dos dados no sistema de SST e/ou relatórios emitidos pela CONTRATADA, conforme descrição da solução como um todo, item 5.2 e do prazo de execução do serviço.

9.1.3 O objeto descrito no item 3- (exames ocupacionais e outros) será aceito mediante entrega de relatórios mensais enviados à CONTRATANTE, conforme descrição da solução como um todo 5.2.10 e cumprimento do prazo de execução dos serviços.

9.1.4 O objeto descrito no item 4- Serviços de Perícia Técnica, sob demanda, será aceito mediante a apresentação do documento técnico em conformidade com a legislação vigente e compatibilidade entre o seu conteúdo e as informações exigidas para o correto preenchimento do evento S-2240 do eSocial.

9.1.5 Os arquivos do eSocial, item 5, serão avaliados mensalmente e deverão estar em consonância com a execução do PGR e PCMSO e prazos para execução do serviço.

9.1.6 O CONTRATANTE poderá determinar a correção dos laudos/relatórios advindos da sua má realização ou desatendimento às especificações técnicas, desde que devidamente comprovados, sem quaisquer ônus adicionais.

9.2 Do recebimento provisório e definitivo

9.2.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 15 (quinze) dias, pelo responsável designado para o acompanhamento e fiscalização do contrato, com a finalidade de verificar sua conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência e na proposta da CONTRATADA.

9.2.2 Os serviços poderão ser total ou parcialmente rejeitados, caso estejam em desacordo com as especificações previstas no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos, substituídos ou reexecutados, às expensas da CONTRATADA, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados da notificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

9.2.3 O recebimento definitivo dos serviços será formalizado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, mediante verificação da qualidade e quantidade dos serviços prestados, e lavratura do respectivo termo de recebimento definitivo.

9.2.4 Caso a verificação prevista no item anterior não seja realizada no prazo estipulado, reputar-se-á como realizada, considerando-se o objeto como definitivamente recebido na data do esgotamento do prazo.

9.2.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por eventuais prejuízos decorrentes da execução incorreta, defeituosa ou em desacordo com o contrato, nos termos do art. 144 da Lei nº 14.133/2021.

9.3 Forma de pagamento

9.3.1 Os serviços elencados neste Termo de Referência, bem como seus respectivos valores, serão pagos por execução, após a conclusão dos mesmos, em até 15 (quinze) dias a partir da apresentação da nota fiscal atestada pelo gestor do contrato.

9.3.2 Para os exames ocupacionais, exames complementares e avaliação Biopsicossocial, o pagamento será mensal, por execução, observando os seguintes critérios:

- a) No segundo dia útil subsequente ao mês em que foram prestados os serviços, a CONTRATADA entregará relatório por local de realização do serviço (TJES/Corregedoria/Comarca) contendo os quantitativos totais mensais de cada um dos tipos de serviços realizados, os respectivos valores apurados e as demais informações do item 5.2.10.
- b) O CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação, objetivando a emissão da nota fiscal/fatura.
- c) Serão considerados somente os serviços efetivamente executados e apurados da seguinte forma:

- i) O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços unitários contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados, descontadas as importâncias relativas às quantidades de serviços não aceitas e glosadas pelo CONTRATANTE por motivos imputáveis à CONTRATADA.
- ii) A realização dos descontos indicados na alínea “i” não prejudica a aplicação de sanções à CONTRATADA, em razão da não execução dos serviços.
- d) Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, o CONTRATANTE atestará a medição mensal, comunicando à CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento do relatório, o valor aprovado e autorizando a emissão da correspondente fatura, a ser apresentada no primeiro dia subsequente à comunicação dos valores aprovados.
- e) O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias a partir da apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(ais) de Serviços Eletrônica(s) (arquivo xml e arquivo pdf, transmitidos para os e-mails dos Gestores do Contrato – Titular e/ou Substituto), atestada(s) pelo Gestor do Contrato, acompanhadas das documentações elencadas no item 9.3.4.

9.3.3 Os pagamentos dos exames complementares não previstos no Quadro 1 (quantidade) ocorrerão mediante processo de ressarcimento, após ampla pesquisa de mercado a ser realizada pela Seção de Compras do PJES.

a) Pagar-se-á à CONTRATADA o valor médio encontrado na pesquisa de mercado e, caso o valor apurado na verificação dos preços de mercado seja superior ao valor apresentado pela CONTRATADA em seu orçamento, será ressarcido o valor apresentado neste.

b) A CONTRATADA deverá emitir e apresentar Nota Fiscal própria somente após a confirmação do preço pelo CONTRATANTE, devendo constar no documento fiscal o valor médio encontrado ou o valor apresentado em seu orçamento inicial, caso este seja menor.

9.3.4 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, somente após a realização dos serviços, conforme os prazos e as quantidades estabelecidos, mediante verificação da conformidade dos serviços prestados com o solicitado e eventual atestação da nota fiscal eletrônica.

9.3.5 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito à alteração de preços ou compensação financeira:

- a) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF).
- b) Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias.
- c) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- d) Certidão Negativa de Débito Estadual.
- e) Certidão Negativa de Débito Municipal.
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- g) Declaração de Optante pelo Simples Nacional, se houver.

9.3.6 O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, conforme este Termo de Referência, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9.3.7 O Gestor do Contrato deverá informar, quando do encaminhamento da documentação para pagamento, a existência de possíveis multas a serem aplicadas à empresa, de modo que a Administração poderá reter preventivamente, nas notas fiscais atestadas, o valor da multa presumida.

9.3.8 Quando a CONTRATADA não atender integralmente aos critérios de aceitabilidade estabelecidos neste Termo de Referência e, desde que o Gestor do Contrato entenda que isso não implique prejuízo à Administração, o serviço poderá ser recebido, ficando a CONTRATADA sujeita à aplicação das penalidades cabíveis.

9.4 Do reajustamento.

9.4.1 O valor da presente contratação será passível de reajuste, mediante aplicação da variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de orçamento estimado ou, nos reajustes subsequentes, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4.2 Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

9.4.3 Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

10 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1 Forma de seleção

10.1.1 A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável, por se tratar de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, mediante especificações usuais de mercado.

10.1.2 A utilização do Pregão Eletrônico visa assegurar maior competitividade, transparência, isonomia entre os licitantes e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

10.2 Critério de julgamento

10.2.1 O critério de julgamento adotado será o de menor preço, considerando o valor global da proposta, correspondente ao custo total para a execução integral do objeto, conforme as condições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência e no edital. Será declarada vencedora a licitante que apresentar a proposta de menor preço global, desde que:

- a) o valor ofertado seja exequível, compatível com os preços praticados no mercado e com a complexidade do objeto.
- b) a proposta atenda integralmente às especificações técnicas, quantitativos e demais exigências previstas neste Termo de Referência.
- c) a licitante comprove o atendimento a todos os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica estabelecidos no edital.

10.3 Requisitos de Qualificação Técnica da Empresa:

10.3.1 Atestado(s) de Capacidade Técnica Operacional, emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove(m) que a LICITANTE tenha prestado ou esteja prestando, satisfatoriamente, serviços de Segurança e Saúde no Trabalho – SST, compatíveis em características, quantidades, complexidade e riscos com o objeto desta licitação, abrangendo aspectos ergonômicos e psicossociais, para organizações com porte mínimo de 1.500 (mil e quinhentos) trabalhadores, quantitativo correspondente a aproximadamente 50% da força de trabalho do PJES.

10.3.2 Os Atestado(s) de Capacidade Técnica Operacional, citados no item anterior, deverão conter a descrição de serviços de maior relevância técnica previstos nesta contratação a saber:

- a) Elaboração, implementação e gerenciamento de Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR/GRO, em conformidade com as Normas Regulamentadoras vigentes;
- b) Elaboração, implementação e gerenciamento de Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, em conformidade com as Normas Regulamentadoras vigentes;
- c) Elaboração de Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT, em conformidade com as Normas Regulamentadoras vigentes e legislação previdenciária aplicável;

d) Gestão de serviços de SST que demanda experiência em planejamento, logística, sistemas informatizados de gestão, emissão de documentos técnicos, acompanhamento de indicadores e suporte contínuo à administração contratante.

e) O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo:

I – nome completo e endereço da pessoa jurídica emitente.

II – manifestação expressa quanto à qualidade dos serviços prestados.

III – indicação do porte da empresa ou órgão atendido.

IV – identificação clara do responsável pela emissão do documento.

f) A Administração poderá, a seu critério, realizar diligências junto à pessoa jurídica emitente, por meio de canais institucionais disponíveis, com a finalidade de verificar a autenticidade e a veracidade das informações prestadas, nos termos da legislação vigente.

10.3.3 Certidão de registro da empresa junto ao Conselho Regional de Medicina (CRM) da jurisdição correspondente, dentro do prazo de validade.

10.3.4 Certidão de registro dos responsáveis técnicos indicados para a execução dos serviços de SST, junto aos respectivos conselhos de classe competentes, sendo:

a) CREA ou CAU, para o Engenheiro de Segurança do Trabalho.

b) CRM, para o Médico do Trabalho.

10.3.5 A LICITANTE deverá apresentar documentação comprobatória do vínculo jurídico existente ou a ser formalizado com os responsáveis técnicos indicados para a execução dos serviços.

a) A comprovação do vínculo poderá ser realizada mediante a apresentação de um dos seguintes documentos: Contrato Social, no caso de sócio; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS; Contrato de Prestação de Serviços; Ficha de Registro de Empregado; ou Certidão de Registro da LICITANTE no CRM, CREA/CAU ou CRP, desde que conste o nome do profissional indicado.

b) Na hipótese de inexistência de vínculo formal na fase de habilitação, será admitida, em substituição, a apresentação de Termo de Compromisso (Adendo III), devidamente assinado pelo Representante Legal da LICITANTE e pelo(s) Responsável(is) Técnico(s) indicado(s), declarando que o(s) profissional(is) será(ão) contratado(s) para atuar como responsável(is) técnico(s) pela execução do objeto, devendo o vínculo ser comprovado até a assinatura do contrato, sob pena de inabilitação.

10.3.6 A LICITANTE deverá comprovar experiência mínima de 3 (três) anos na execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, de forma contínua ou não, mediante apresentação de documentação idônea.

10.3.7 A LICITANTE deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que possui ou providenciará, até a data da assinatura do contrato, estrutura operacional mínima necessária à adequada execução dos serviços de SST, incluindo recursos humanos qualificados, materiais, equipamentos e sistema informatizado compatível com o objeto da contratação.

11 - GARANTIA CONTRATUAL

A CONTRATADA prestará garantia contratual no valor de 5% (cinco por cento) junto à Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária do CONTRATANTE, em uma das modalidades previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021

12 - GARANTIA DO OBJETO

Em razão da natureza do objeto, consistente na prestação de serviços de Segurança e Saúde no Trabalho – SST, de caráter predominantemente técnico e intelectual, **não se aplica a exigência de garantia de mercado, garantia estendida ou garantia vinculada a bens**, tampouco assistência técnica on site ou em balcão, uma vez que não há fornecimento de produtos ou equipamentos.

13 - DEVERES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

13.1 Dos deveres da CONTRATADA

13.1.1 Designar um preposto.

13.1.2 Manter os dados para contato e identificação do preposto atualizados. Entre os dados para contato deverá constar endereço físico, telefone e e-mail.

13.1.3 Realizar o objeto deste Termo de Referência, de acordo com a proposta apresentada e normas legais vigentes, ficando responsável por todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao PJES, observando sempre os critérios dos serviços a serem prestados.

a) A CONTRATADA não poderá alegar desconhecimento de peculiaridades eventualmente existentes pela não realização da vistoria ou por omissões no momento da sua realização.

13.1.4 Iniciar a prestação dos serviços imediatamente após o recebimento das Ordens de Serviços, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido.

13.1.5 Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito Federal, Estadual ou Municipal, bem como assegurar os direitos e o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas no CONTRATO a ser firmado entre as partes, inclusive quanto aos preços praticados.

13.1.6 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica.

13.1.7 Manter absoluto e irrestrito sigilo sobre o conteúdo das informações que digam respeito ao CONTRATANTE, que vier a ter conhecimento por força da prestação dos serviços ora contratados, respondendo por todo e qualquer dano decorrente do descumprimento dessa obrigação;

13.1.8 Observar integralmente a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), garantindo o sigilo, a confidencialidade, a integridade e a proteção dos dados pessoais e dados sensíveis dos trabalhadores, sendo vedado o uso ou compartilhamento das informações para fins diversos dos previstos neste Termo de Referência.

13.1.9 Informar ao PJES em caso de eventual ou ocasional fusão, cisão ou incorporação e obter o consentimento prévio e por escrito para a continuidade da prestação do serviço, o qual dependerá:

a) da verificação de que a pessoa jurídica resultante preenche os requisitos de habilitação exigidos na licitação.

b) da manutenção das condições originais da contratação.

c) da constatação de que a modificação da estrutura da empresa não afetará a boa execução do contrato nem ocasionará prejuízo.

13.1.10 Manter todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação durante todo o período de vigência contratual.

13.1.11 Executar os serviços com o máximo esmero, devendo ser imediatamente refeitos aqueles que, a juízo da CONTRATANTE, não forem julgados satisfatórios ou apresentarem vícios, defeitos, imperfeições ou incorreções, sem qualquer acréscimo no preço contratado, ainda que seja necessário ampliar o horário da prestação dos serviços, conforme o art. 119 da Lei nº 14.133/2021.

13.1.12 Responsabilizar-se por quaisquer serviços executados em desacordo com as normas técnicas vigentes e pelas consequências resultantes de tais serviços.

13.1.13 Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo GESTOR DO CONTRATO (titular ou substituto), atendendo prontamente todas as reclamações ou solicitações.

13.1.14 Emitir, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, relatórios gerenciais e/ou técnicos referentes aos serviços realizados.

- 13.1.15 Arcar com eventuais prejuízos perante a CONTRATANTE e/ou terceiros, causados pela elaboração dos projetos dos serviços contratados.
- 13.1.16 Prover condições que possibilitem o cumprimento dos serviços no prazo fixado no contrato, iniciando as atividades na data estabelecida.
- 13.1.17 Manter registro da empresa atualizado junto ao CREA, CAU, CRP e CRM do Estado do Espírito Santo.
- 13.1.18 Estar e permanecer regular junto ao órgão ou conselho fiscalizador de sua categoria durante todo o curso da execução contratual.
- 13.1.19 Garantir que seus profissionais cumpram os requisitos técnicos de formação acadêmica necessários à execução das atividades previstas no objeto deste Termo de Referência, responsabilizando-se por apresentar, quando solicitado pelo PJES, os comprovantes de formação acadêmica e profissional, bem como pela regularidade das inscrições nos respectivos conselhos de classe.
- 13.1.20 Garantir que todo documento assinado por Engenheiro de Segurança do Trabalho seja acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART/CREA ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT/CAU.
- 13.1.21 Obedecer integralmente às prescrições constantes nas Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho vigentes e suas atualizações.
- 13.1.22 Indicar Médico do Trabalho para coordenar o PCMSO e responder por sua execução, informando ao PJES o nome do profissional e o respectivo número de registro no CRM, mantendo o cadastro atualizado em caso de substituição.
- 13.1.23 Repassar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, quando for o caso, ao novo Médico do Trabalho coordenador do PCMSO do PJES, todos os arquivos referentes aos magistrados e servidores, inclusive nas hipóteses de rescisão ou término da vigência contratual.
- 13.1.24 Enviar à CONTRATANTE a relação contendo os nomes dos médicos que realizarão os exames ocupacionais, com os respectivos registros no Conselho Regional de Medicina – CRM, no início da execução do contrato.
- 13.1.25 Promover ações que contribuam para a redução e o tratamento dos problemas apontados no PCMSO, orientando os trabalhadores no ato do exame clínico e indicando aspectos preventivos.
- 13.1.26 Promover o respeito à diversidade e à equidade, combatendo toda forma de discriminação baseada em preconceito que envolva distinção, exclusão ou preferência capaz de anular a igualdade de tratamento ou de oportunidades.
- 13.1.27 Assegurar condições de acessibilidade física, comunicacional e atitudinal em suas instalações e serviços, garantindo o pleno atendimento às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, nos termos da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e demais legislações aplicáveis.
- 13.1.28 Manter os prontuários médicos eletrônicos sob sua guarda, disponibilizando acesso restrito aos profissionais de saúde da CSPS, comprometendo-se a entregá-los à CONTRATANTE, dentro dos princípios éticos e legais, quando solicitado ou por ocasião do término ou da rescisão do contrato.
- 13.1.29 Para todos os serviços contratados, prover mão de obra qualificada, observadas as exigências previstas nas normas pertinentes.
- 13.1.30 Corrigir e/ou refazer, por sua inteira responsabilidade e sem ônus para o PJES, os serviços executados em desacordo com o disposto neste Termo de Referência.
- 13.1.31 Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE pelo não cumprimento das obrigações relativas aos serviços contratados, exceto nos casos decorrentes de motivos alheios à sua vontade.
- 13.1.32 Responsabilizar-se por toda a coordenação e orientação técnica inerentes à implementação e à execução dos serviços objeto desta contratação.
- 13.1.33 Repassar à CONTRATANTE todos os arquivos dos programas de SST por ocasião do término ou da rescisão do contrato.

13.2 Dos deveres do CONTRATANTE

- 13.2.1 Proporcionar todas as informações e os acessos necessários para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços em conformidade com as normas do CONTRATO a ser firmado entre as partes.
- a) Informar à CONTRATADA os dados cadastrais necessários do quadro de pessoas do PJES e de trabalhadores terceirizados, a fim de possibilitar o cumprimento do objeto contratado.
- b) Comunicar as mudanças no quadro de lotação, com os respectivos dados de localização e documentação no PJES.
- c) Comunicar as alterações realizadas após a implantação dos programas, referentes à extinção e/ou criação de cargos e funções, modificação de layout, endereços ou equipamentos que impliquem riscos à saúde dos magistrados e servidores, bem como a necessidade de atualização dos programas de SST.
- 13.2.2 Acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO a ser firmado entre as partes, por meio de Gestor do Contrato (titular e substituto), representante da Administração do PJES, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual.
- 13.2.3 Emitir pareceres sobre os atos relativos à execução do CONTRATO a ser firmado entre as partes, especialmente quanto ao acompanhamento, à fiscalização da prestação dos serviços, à aplicação de sanções, bem como às alterações e repactuações contratuais.
- 13.2.4 Prestar as informações e os esclarecimentos relacionados ao objeto do CONTRATO que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO.
- 13.2.5 Efetuar o pagamento nas condições, prazos e valores pactuados no contrato.

14 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1 Em conformidade com as disposições previstas neste Termo de Referência, no Edital e na Lei nº 14.133/2021, o licitante vencedor que descumprir as obrigações contratuais ficará sujeito às sanções nela previstas, bem como às penalidades específicas a seguir, observados o contraditório e a ampla defesa, conforme o art. 158 da referida Lei.
- 14.1.1 Advertência: aplicada nos casos de execução irregular que não acarrete prejuízo à Administração, bem como pela reincidência de falhas na execução de um mesmo serviço.
- 14.1.2 Multa: aplicada conforme os graus e condutas dispostos nos Quadros 3 e 4 a seguir, limitada a 5% (cinco por cento) do valor estimado do contrato.

QUADRO 03

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% do valor estimado da Contratação
2	0,3% do valor estimado da Contratação
3	0,4% do valor estimado da Contratação
4	0,5% do valor estimado da Contratação
5	1,0% do valor estimado da Contratação
6	5,0% do valor estimado da Contratação

QUADRO 04

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais	6	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual
2	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados	4	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual
3	Suspender ou interromper, total ou parcialmente, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados	6	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual
4	Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do PJES	4	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual
5	Destruir ou danificar bens materiais ou documentos por culpa ou dolo de seus agentes	3	Por ocorrência
6	Manter dados desatualizados da empresa em relação ao registro no CREA, CAU ou CRM	1	Por ocorrência
7	Manter dados desatualizados do engenheiro de segurança do trabalho responsável pela elaboração do PGR	1	Por ocorrência
8	Manter dados desatualizados do médico coordenador do PCMSO	1	Por ocorrência
9	Deixar de comparecer a reunião com a CSPS para definição do cronograma de execução do objeto	2	Por ocorrência
10	Deixar de apresentar os documentos comprobatórios de formação acadêmica e registro profissional dos profissionais envolvidos	2	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual
11	Manter contato desatualizado do preposto (endereço, telefone ou e-mail), dificultando a comunicação	3	Por ocorrência
12	Manter documentação de habilitação desatualizada	6	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual
13	Deixar de informar tempestivamente motivo impeditivo da execução dos serviços nos prazos previstos	6	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual
14	Deixar de comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade na execução dos serviços	2	Por ocorrência
15	Deixar de registrar em prontuário, individualmente, os dados clínicos, avaliações e conclusões dos atendimentos médicos	6	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual
16	Manter desatualizados os endereços e contatos dos locais de atendimento nas cidades do interior do Estado	1	Por ocorrência
17a	Entregar os serviços com até 5 (cinco) dias de atraso injustificado	3	Por ocorrência
17b	Entregar os serviços com até 10 (dez) dias de atraso injustificado	4	Por ocorrência
17c	Entregar os serviços com até 15 (quinze) dias de atraso injustificado	5	Por ocorrência
17d	Entregar os serviços com mais de 15 (quinze) dias de atraso injustificado	6	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual
18a	Entregar os arquivos de SST do eSocial com até 1 (um) dia de atraso	3	Por ocorrência
18b	Enviar eventos de SST do eSocial com até 6 (seis) dias de atraso	4	Por ocorrência

18c	Enviar eventos de SST do eSocial com mais de 6 (seis) dias de atraso	6	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual
19	Deixar de transferir ao CONTRATANTE os arquivos de dados do PGR e do PCMSO ao final ou na rescisão do contrato	6	Por ocorrência
20	Deixar de transferir ao CONTRATANTE os arquivos de dados do eSocial ao final ou na rescisão do contrato	6	Por ocorrência
21	Não realizar atendimento médico conforme descrito no item 5.2.6 do Termo de Referência	2	Por ocorrência
22	Tratar com desrespeito ou falta de urbanidade qualquer pessoa nas dependências do PJES	2	Por ocorrência
23	Deixar de substituir profissional cuja atuação ou comportamento seja considerado inadequado pelo CONTRATANTE	5	Por ocorrência
24	Deixar de reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, total ou parcialmente, o objeto do contrato quando houver incorreções decorrentes da execução	5	Por ocorrência

14.1.3 A multa, no caso de rescisão por ato unilateral da Administração e motivado por culpa da CONTRATADA, será de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do contrato, não cumulativa com as multas previstas no Quadro 4. Tal multa não exime a CONTRATADA da reparação dos prejuízos e da aplicação das demais sanções cabíveis.

14.1.4 O descumprimento do prazo para assinatura do contrato, ou a recusa em assiná-lo, acarretará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas no edital e na legislação vigente.

14.1.5 Impedimento de licitar e contratar com o Estado do Espírito Santo, pelo prazo de até 3 (três) anos, conforme o art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, aplicável nos casos de descumprimento das obrigações assumidas, condutas irregulares ou ilícitas que acarretem prejuízo à Administração ou comprometam a execução contratual, tais como:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado

14.1.6 A ausência de início da execução contratual no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo CONTRATANTE, caracterizará a inexecução do contrato, ensejando sua rescisão unilateral.

14.1.7 - Será aplicada à Contratada a Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme o art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.1.8 As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no SICAF. No caso de suspensão do direito de licitar, a CONTRATADA será descredenciada pelo mesmo período, sem prejuízo das multas previstas no edital, no contrato e das demais sanções legais cabíveis.

14.1.9 As sanções previstas neste item são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladamente ou de forma cumulativa, conforme a gravidade da infração, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

14.2 Dos procedimentos para aplicação de penalidades

14.2.1 As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos dos arts. 156 a 160 da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se as seguintes disposições:

- a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar a CONTRATADA, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia.
- b) A notificação será realizada, preferencialmente, por meio eletrônico com confirmação de leitura ou, alternativamente, por correspondência com aviso de recebimento (AR). A comunicação deverá indicar, no mínimo: a conduta reputada infratora; a motivação para aplicação da penalidade; a sanção que se pretende aplicar; o prazo e o local para apresentação das razões de defesa.
- c) O prazo para apresentação de defesa será de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento ou da ciência da notificação, conforme art. 158, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.
- d) A CONTRATADA deverá manter atualizado seu endereço físico e eletrônico junto ao órgão contratante. Na ausência de comunicação de alteração, as notificações enviadas aos dados previamente informados serão consideradas válidas.
- e) A defesa prévia será dirigida à Subsecretaria Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo e encaminhada ao Gestor do Contrato, que se manifestará sobre o seu teor e indicará, de forma motivada, a penalidade a ser aplicada, se for o caso, consultando as unidades internas envolvidas.

- f) Após a manifestação do gestor, a Subsecretaria Geral, ouvida a Assessoria Jurídica da Presidência, decidirá quanto à penalidade a ser aplicada, podendo acatar a proposta apresentada ou indicar medida diversa, compatível com a gravidade do descumprimento.
- g) A aplicação de penalidades será formalizada por decisão motivada da Secretaria Geral do TJES, autoridade competente para o ato, nos termos da delegação estabelecida no edital e no contrato.
- h) As penalidades aplicadas, ou eventualmente afastadas, deverão constar dos registros internos do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo e, quando cabível, ser lançadas no SICAF, nos termos da legislação vigente.
- i) O valor da multa aplicada poderá ser:
- I – retido dos pagamentos devidos pela Administração.
 - II – pago por meio de Documento Único de Arrecadação (DUA).
 - III – descontado do valor da garantia prestada.
 - IV – cobrado judicialmente.
- j) Caso os valores de pagamento e da garantia sejam insuficientes, a CONTRATADA será notificada para recolher a quantia devida no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da comunicação oficial.
- k) Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação pecuniária imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual, nos termos do art. 137, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.
- l) Qualquer descumprimento contratual poderá ensejar a aplicação de penalidade, salvo se as justificativas apresentadas forem aceitas pela Administração, hipótese em que poderá ser emitida advertência formal, com registro para fins de reincidência e eventual aplicação de sanção mais gravosa.

15 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação está prevista no ETP 2986419 e será detalhada pela Seção de Compras.

16 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Projeto: Contratação de empresa prestadora de serviço de segurança e medicina do trabalho, a fim de elaborar Programa de Gestão de Riscos (PGR) e Programa de Controle Médico de saúde Ocupacional (PCMSO) e laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade (LTIP), bem como realizar os exames médicos ocupacionais constantes do PCMSO, nas unidades do PJES.

Natureza da Despesa: 3.3.90.39.05 – Serviços Técnicos Profissionais

19 - INDICAÇÃO DOS GESTORES E FISCAIS DO CONTRATO:

A indicação de Gestores do Contrato, Titular e Substituto, será feita oportunamente pela Administração.

ADENDOS

ADENDO I- Unidades e Endereços

Tabela 1- Relação de Comarcas e endereços

Comarcas		
Comarcas	Unidades	Endereços
MICRORREGIÃO METROPOLITANA		
Capital (Juízo de Vitória - Fórum Cível)	Distribuição	Rua Leocádia Pedra dos Santos, nº 80 – Enseada do CEP 29050-370 - Vitória/ES
	1ª Secretaria Inteligente Regional – Órfãos e Sucessões da Capital Englobam: 1ª, 2ª e 3ª Vara de Órfãos e Sucessões	
	1ª Secretaria Inteligente – Família Englobam: 2ª, 3ª e 4ª Vara de Família	
	Secretaria Inteligente – Cíveis Englobam: 2ª, 3ª e 4ª Secretarias Unificadas	
	Vara de Recuperação Judicial e Falência	
	Vara de Acidente de Trabalho	
Capital (Juízo de Vitória)	5ª Secretaria Unificada Englobam: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Vara da Fazenda Pública Estadual, Municipal, Registro Públicos, Meio Ambiente e Saúde	Rua Desembargador Homero Mafra, nº 89/11º andar Enseada do Suá - Edifício Greenwich. CEP 29050-27: Vitória/ES
	6ª Secretaria Unificada Englobam: 1ª e 2ª Vara da Fazenda Pública Privativa de Execuções Fiscais Municipais, a 1ª e 2ª Vara da Fazenda Pública Privativa de Execuções Fiscais Estaduais	
Capital (Juízo de Vitória)	Gabinete, Assessoria e Sala de Audiência da 10ª Secretaria Inteligente 3º Juizado Especial Civil	Rua Tenente Mário Francisco de Brito, n. 420- Edifício Vértice, 17º, 18º, 19º andares Enseada do Suá CEP 29050-225 - Vitória - ES
	9ª Secretaria Unificada-Forum Criminal	
	2ª Secretaria Inteligente Regional (Centro avançado da Infância e da Juventude) Executará os serviços cartorários das Varas de Infância e Juventude, nas classes e assuntos de natureza não infracional	Rua Emílio Ferreira Silva, 135 Santa Martha - Grande Maruípe CEP 29046-570 - Vitória - ES
	3ª Secretaria Inteligente Regional (Centro avançado da Infância e da Juventude) Executará os serviços cartorários das Varas de Infância e Juventude, nas classes e assuntos infracionais	
	10ª Secretaria Inteligente Englobam: 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 8º e 9º Juizados Especiais Cíveis	
	Gabinete, Assessoria e Sala de Audiência da 10ª Secretaria Inteligente 2º, 4º e 5º Juizados Especiais Cíveis	Rua Juiz Alexandre Martins Castro Filho, 130 Ed. Manhattan - Santa Luíza CEP 29045-250 - Vitória - ES
	Colégio Recursal (1ª, 2ª e 3ª Turma) CAJE - Centro Avançado dos Juizados Especiais -Forum Criminal	
	Secretaria do Colégio Recursal I	
		Av. João Batista Parra, 673 - Ed. Enseada Tower Enseada do Suá CEP 29052-123 - Vitória - ES
	Gabinete, Assessoria e Sala de Audiência da 10ª Secretaria Inteligente 1º, 6º, 8º e 9º Juizados Especiais Cíveis	Rua Bernardino Monteiro (Rua das Palmeiras), 685 Ed. Contemporâneo Empresarial, 12º andar, Santa Luíza
	Justiça Comunitária	

Capital (Juízo de Vitória -Fórum Criminal)	Centro Integrado de Atendimento Socioeducativo	CEP 29056-210 - Vitória - ES
	3º CEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – Itinerante	
	Fórum Desembargador José Mathias de Almeida Neto	o Avenida Fernando Ferrari, nº 1000 – Mata da Praia CEP 29015-160 - Vitória/ES
	Distribuição	
	Diretoria do Fórum	
	7ª Secretaria Unificada Englobam: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª e 10ª Vara Criminal, Vara Privativa do Júri e Vara Especializada em Crimes Contra a Criança e o Adolescente	
	8ª Secretaria Unificada- Englobam: Varas de Execuções Penais	
	Auditoria da Justiça Militar	
Capital (Juízo de Vitória -Fórum Criminal)	1ª Vara Especializada em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	
	VEPEMA	Rua Taciano Abaurre, nº 240 - Enseada do Sua CEP 29050-470 - Vitória/ES
Capital (Juízo de Vila Velha)	Fórum Desembargador Annibal de Athayde Lima	Rua Doutor Annor da Silva, 191 Boa Vista II CEP 29107-355 - Vila Velha - ES
	Secretaria de Gestão do Foro	
	Gabinete do Juiz - Diretoria	
	Oficiais de Justiça	
	Central de Mandados	
	Central de distribuição Criminal	
	Central de distribuição Cível	
	Central de distribuição dos Juizados Especiais Cíveis	
	Central de Apoio Multidisciplinar	
	8º CEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania	
	1ª Secretaria Inteligente Englobam: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Vara Cível, a Vara da Fazenda Pública Estadual, e a 1ª, 2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	
	2ª Secretaria Inteligente Englobam: 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Vara de Família	
	3ª Secretaria Inteligente- Englobam: 1º, 2º, 4º e 5º Juizado Especial Cível e 1º, 2º e 3º Juizado Especial Criminal	
	4ª Secretaria Inteligente Englobam: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 6ª e 7ª Vara Criminal	
	5ª Secretaria Inteligente Englobam: Vara de Execuções Penais e 8ª Vara Criminal	
	6ª Secretaria Inteligente Englobam: 5º e 9º Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher	
	1ª e 2ª Vara de Órfãos e Sucessões	
	1ª Vara da Infância e da Juventude	
	1ª Vara da Infância e da Juventude	
Capital (Juízo de Vila Velha)		Rua Dom Jorge de Menezes, 485 Praia da Costa CEP 29101-025 - Vila Velha - ES
Capital (Juízo de Vila Velha)	Fórum Prainha	Praça Almirante Tamandaré, 193 Prainha - Centro CEP 29100-970 - Vila Velha - ES
	5ª Vara Criminal	
	9ª Vara Criminal	
	2ª Vara da Infância e Juventude	
Capital (Juízo de Serra)	Fórum Desembargador Antônio José Miguel Feu Rosa	Av. Carapebus, 226 São Geraldo Carapina CEP 29163-392 - Serra - ES
	Secretaria de Gestão do Foro	
	Oficiais de Justiça	
	Central de Mandados	
	Contadoria	
	Protocolo	
	Telefonista	
	Central de Apoio Multidisciplinar	
	1ª Secretaria Inteligente Englobam: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Vara de Cível	
	2ª Secretaria Inteligente Englobam: 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Vara de Família	
	3ª Secretaria Inteligente Englobam: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Juizado Especial, 1º Juizado Especial Criminal e Juizado Especial da Fazenda Pública e 2º Juizado Especial Criminal e Juizado Especial da Fazenda Pública	
	4ª Secretaria Inteligente Englobam: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Vara Criminal	
	5ª Secretaria Inteligente Englobam: Vara da Fazenda Pública Estadual, de Registros Públicos e Meio Ambiente e Vara da Fazenda Pública Municipal	
	6ª Vara Criminal - Especializada em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	
	Vara de Órfãos e Sucessões	
	1ª Vara da Infância e da Juventude	
	2ª Vara da Infância e da Juventude	
Capital (Juízo de Cariacica)	Fórum Doutor Américo Ribeiro Coelho	Rua São João Batista, 1000 Alto Laje CEP 29151-230 - Cariacica - ES
	Secretaria de Gestão do Foro	
	Diretoria do Foro	
	Oficiais de Justiça	
	Central de Mandados	
	Central e Apoio Multidisciplinar	
	Contadoria	
	Protocolo e distribuição	
	Central de Abertura de Processos do Juizado Especial Cível	
	CPD - Centro de Processamento de Dados	
	Manutenção	
	Sala da Segurança	
	CEAVTES – Centro Especializado de Atendimento das Vítimas de Crimes e Atos Infracionais	
	7º CEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania	
	Vara da Fazenda Pública Estadual, de Registros Públicos e do Meio Ambiente	
	1ª Secretaria Inteligente Englobam: 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Vara Cível e a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Vara de Órfãos e Sucessões	

	2ª Secretaria Inteligente Englobam: 1ª, 2ª e 4ª Vara Criminal	
	3ª Secretaria Inteligente Englobam: 1ª, 2ª e 3ª Vara de Família	
	4ª Secretaria Inteligente Englobam: 1ª, 2ª, 3ª e 4º Juizado Especial Cível e 1º e 2º Juizado Especial Criminal e Juizado Especial da Fazenda Pública	
	2ª Vara Criminal de Viana - Execução Penal (Funcionando no Fórum de Cariacica)	
	5ª Secretaria Inteligente Englobam: Vara da Fazenda Pública Estadual e do Meio Ambiente e a Vara da Fazenda Pública Municipal	
	3ª Vara Criminal	
	5ª Vara Criminal (Especializada em Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher)	
	4ª Vara de Família	
	1ª Vara da Infância e da Juventude	
	2ª Vara da Infância e da Juventude	
	Núcleo de Audiência de Custódia	
Capital (Juízo de Viana)	Fórum Desembargador Olival Pimentel	Rua Major Domingos Vicente, 70 Centro CEP 29130-911 - Viana – ES
	Secretaria de Gestão do Foro	
	Gabinete do Juiz -Diretoria	
	Oficiais de Justiça	
	Central de Mandados	
	Comissário	
	1ª Secretaria Inteligente Englobam: Vara Cível e Comercial, Fazenda Pública Municipal e Estadual, Registros Públicos e Meio Ambiente	
	2ª Secretaria Inteligente Englobam: 1ª e 3ª Vara Criminal	
	3ª Secretaria Inteligente Englobam: Juizado Especial Cível e Juizado Especial Criminal	
	4ª Secretaria Inteligente Engloba: Vara de Família	
	Vara de Órfãos e Sucessões, Infância e da Juventude e Acidentes de Trabalho	
Capital (Juízo de Viana)	Vara Cível, Fazenda Pública Estadual, Municipal de Registros Públicos e do Meio Ambiente	Unidade Judiciária Areinha Av. Guarapari, Lote 19, Quadra 06 Loteamento Arlindo Villaschi, Areinha CEP 29130-000 - Viana - ES
	1º Juizado Especial Cível	
	CIC - Centro Integrado de Cidadania	
	Juizado Especial Criminal e Juizado Especial da Fazenda Pública	
Capital (Juízo de Guarapari)	Fórum Desembargador Gregório Magno	Alameda Francisco Vieira Simões, s/ nº Muquiçaba CEP 29214-110 - Guarapari - ES
	Secretaria de Gestão do Foro	
	Diretoria	
	Oficiais de Justiça	
	Central de Mandados	
	Protocolo	
	Contadoria	
	Cartório da Contadoria	
	Assistente Social	
	Central de Apoio Multidisciplinar	
	Sala de informática	
	1ª Vara Cível	
	2ª Vara Cível	
	3ª Vara Cível	
	1ª Vara Criminal	
	2ª Vara Criminal	
	3ª Vara Criminal	
	1ª Vara de Família e Órfãos e Sucessões	
	2ª Vara de Família	
	1º Juizado Especial Cível	
	2º Juizado Especial Cível	
	1º Juizado Especial Criminal e Juizado Especial da Fazenda Pública	
	Vara da Fazenda Pública Estadual, Municipal, Registros Públicos e Meio Ambiente	
	Vara da Infância e da Juventude	
Capital (Juízo de Fundão) Ponto de Inclusão Digital-PID)	Fórum Desembargador Cícero Alves	Rua São José, 145 Centro CEP 29188-000 - Fundão - ES
	Contadoria	
MICRORREGIÃO CENTRAL SERRANA		
Itaguaçu	Fórum Desembargador Getúlio Serrano	Rua Vicente Peixoto de Mello, 32 Centro CEP 29690-000 - Itaguaçu - ES
Itarana	Fórum José Vicente de Sá	Rua Santos Venturini, 01 Centro CEP 29620-000 - Itarana - ES
Santa Leopoldina	Fórum Graça Aranha	Av. Presidente Vargas, 1559 Centro CEP 29640-000 - Santa Leopoldina - ES
Santa Maria de Jetibá	Fórum Desembargador Homero Mafra	Rua Hermann Miertschink, 160 Centro CEP 29645-000 - Santa Maria de Jetibá - ES
Santa Teresa	Fórum Juiz Thiers Vellozo	Av. Maria Angélica Vervloet dos Santos,392 Vale do Canaã CEP 29650-000 - Santa Teresa - ES
MICRORREGIÃO SUDOESTE SERRANA		
Afonso Cláudio	Fórum Juiz Atahualpa Lessa	Rua José Garcia, 32 Centro CEP 29600-000 - Afonso Cláudio - ES

Conceição do Castelo	Fórum Juiz Francisco de Menezes Pimentel	Av. José Grillo, 166 Centro CEP 29370-000 - Conceição do Castelo - ES
	Vara do 1º Ofício	Rua Joaquim Carnélio Filho, 161 Centro CEP 29370-000 - Conceição do Castelo - ES
Domingos Martins	Fórum Guterres Vale	Av. Presidente Vargas, 589 Centro CEP 29260-000 - Domingos Martins - ES
Laranja da Terra	Fórum Desembargador Antônio Tapias de Vasconcellos	Av. Luiz Obermuller Filho, 85 Centro CEP 29615-000 - Laranja da Terra - ES
Marechal Floriano (Ponto de Inclusão Digital-PID)	PID	Posto do Café BR 262 – Km 58,5 s/nº Zona Rui Marechal Floriano – CEP 29255-000 -ES
Venda Nova do Imigrante	Fórum Desembargador José Vieira Coelho	Av. Evandi Américo Comarela, 971- Bairro Marmin CEP 29375-000 - Venda Nova do Imigrante - ES
MICRORREGIÃO LITORAL SUL		
Alfredo Chaves	Fórum Desembargador Madeira de Freitas	Av. Getúlio Vargas, 969 Centro CEP 29240-000 - Alfredo Chaves - ES
Anchieta	Fórum Desembargador Josias Soares	Rodovia do Sol, 2539 , Ed. Tramonto Room Ponta dos Castelhanos CEP 29230-000 - Anchieta - ES
Iconha (Ponto de Inclusão Digital-PID)	Fórum Desembargador Augusto Affonso Botelho	Rua Muniz Freire, 653 Centro, Iconha CEP 29280-000 - Iconha - ES
Itapemirim	Fórum Desembargador Freitas Barbosa	Rua Melchíades Félix de Souza, 200 Serramar CEP 29330-000 - Itapemirim - ES
Marataízes	Fórum Juiz José Pinheiro Monteiro	Av. Rubens Rangel, 663 Cidade Nova CEP 29345-000 - Marataízes - ES
Piúma	Fórum Desembargador Dermeval Lyrio	Praça Oenes Taylor, 343 Centro CEP 29285-000 - Piúma - ES
Presidente Kennedy	Fórum Desembargador Edson Queiroz do Valle	Rua Olegario Fricks, 20 Centro CEP 29350-000 - Presidente Kennedy - ES
Rio Novo do Sul	Fórum Nilton Thevenard	Rua Muniz Freire, 16 Centro CEP 29290-000 - Rio Novo do Sul - ES
MICRORREGIÃO CENTRAL SUL		
Apiacá	Fórum Desembargador José Fortunato Ribeiro	Rua Jader Pinto, 88 Bairro Boa Vista CEP 29450-000 - Apiacá - ES
Atílio Vivacqua	Fórum Desembargador Manoel Xavier Paes Barreto Filho	Rua Carolina Fraga, 67/69 Centro CEP 29490-000 - Atílio Vivacqua - ES
Cachoeiro do Itapemirim	Fórum Desembargador Horta Araújo	Av. Monte Castelo, s/nº
	Secretaria de Gestão do Foro	Independência
	Oficiais de Justiça	CEP 29306-500 - Cachoeiro de Itapemirim - ES
	Central de Mandados	
	Central de Apoio Multidisciplinar	
	Central de Atermação dos Juizados	
	Especiais Cíveis	
	Contadoria e Distribuição	
	Núcleo de Audiência de Custódia – Subnúcleo Sul	
	6º CEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania	
	1ª Secretaria Unificada Englobam: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Vara Cível	
	2ª Secretaria Unificada Englobam: 1ª e 2ª Vara de Família, 3ª Vara de Família e Vara de Órfãos e Sucessões e a 1ª Vara da Infância e da Juventude	
	3ª Secretaria Unificada Englobam: 1º, 2º Juizado Especial Cível, Juizado Especial Criminal e Juizado Especial da Fazenda Pública	
	4ª Secretaria Unificada Englobam: 1º e 2º Vara da Fazenda Pública Estadual, Municipal, de Registros Públicos, do Meio-Ambiente e de Saúde	
	5ª Secretaria Unificada Englobam: 1º, 2º, 3ª e 4ª Vara Criminal	
	Secretaria da 2ª Vara Criminal (Vara de Execução Penal)	
	1º Secretaria Inteligente (Vara Cível)	
	2º Secretaria Inteligente (Vara de Família e Vara da Infância e da Juventude)	
	3º Secretaria Inteligente (Juizados Especiais)	
	4º Secretaria Inteligente (Vara da Fazenda Pública)	
	5º Secretaria Inteligente (Vara Criminal)	
Castelo	Fórum Alonso Fernandes de Oliveira	Av. Nossa Senhora da Penha, 120 Centro CEP 29360-000 - Castelo - ES
Jerônimo Monteiro	Fórum Eurípides Queiróz do Valle	Av. Dr. José Farah, 383 Centro

		CEP 29550-000 - Jerônimo Monteiro - ES
Mimoso do Sul	Fórum Desembargador O'Reilly de Souza	Rua Dr. José Monteiro da Silva, nº 7 - Centro CEP 29400-000 - Mimoso do Sul/ES
Muqui	Fórum Desembargador José Horácio Costa	Rua Coronel Marcondes, 100 Centro CEP 29480-000 - Muqui - ES
Vargem Alta	Fórum Desembargador Carlos Soares Pinto Aboudib	Av. Turffy David, 373 Centro CEP 29500-000 - Vargem Alta - ES
MICRORREGIÃO CAPARAÓ		
Alegre	Fórum Levin Chacon	Rua Rua Emílio Marins, s/nº - Loteamento Albani/Vila do Sul CEP 29500-000 - Alegre/ES
Bom Jesus do Norte	Fórum Desembargador Vicente Caetano	Rua Carlos Firmo, 119 Centro CEP 29460-000 - Bom Jesus do Norte - ES
Dores do Rio Preto	Fórum Desembargador Meroveu Pereira Cardoso Júnior	Av. Firmino Dias, 428 Centro CEP 29580-000 - Dores do Rio Preto - ES
Guaçuí	Fórum Juiz José Tatagiba	Rua Agenor Luiz Tomé, s/nº Quincas Machado CEP 29560-000 - Guaçuí - ES
Ibatiba	Fórum Desembargador Epaminondas Amaral	Rua Orly Barros, 195 Bairro Novo Horizonte CEP 29395-000 - Ibatiba - ES
Ibitirama (Ponto de Inclusão Digital-PID)	Fórum Desembargador Victor Emanuel Alcuri	Av. Anísio Ferreira da Silva, 54 Centro CEP 29540-000 - Ibitirama - ES
Iúna	Fórum Desembargador Waldemar Pereira	Rua Galaos Rius, 301 Centro CEP 29390-000 - Iúna - ES
Muniz Freire	Fórum Juiz Nilson Feydit	Rua Pedro Deps, 54 Centro CEP 29380-000 - Muniz Freire - ES
São José do Calçado	Fórum Desembargador Cassiano Castelo	Av. Heber Fonseca, s/nº João Marcelino de Freitas CEP 29470-000 - São José do Calçado - ES
MICRORREGIÃO RIO DOCE		
Aracruz	Fórum Desembargador João Gonçalves de Medeiros	Rua Osório da Rocha Silva, 22 Paraíso CEP 29190-256 - Aracruz - ES
Ibiraçu	Fórum Desembargador Farias Santos	Rua Mário Antônio Modenesi, 15 São Cristóvão CEP 29670-000 - Ibiraçu - ES
João Neiva	Fórum Walter Gustavo Naumann	Av. Presidente Vargas, 279 Centro CEP 29680-000 - João Neiva - ES
Linhares	Fórum Desembargador Mendes Wanderley	Rua Alair Garcia Duarte, s/nº Três Barras CEP 29906-660 - Linhares - ES
Rio Bananal	Fórum Halley Pinheiro Monteiro	Rua João Cipriano, 810, Centro CEP 29920-000 - Rio Bananal - ES
MICRORREGIÃO CENTRO-OESTE		
Alto Rio Novo	Fórum Desembargador Lourival Almeida	Rua Paulo Martins,267 Santa Bárbara CEP 29760-000 - Alto Rio Novo - ES
Baixo Guandú	Fórum Desembargador Otávio Lemgruber	Av. Carlos Medeiros, 977 Centro CEP 29730-000 - Baixo Guandú - ES
Colatina	Fórum Juiz João Cláudio	Praça Sol Poente, 100
	Secretaria de Gestão do Foro	Esplanada
	Oficiais de Justiça	CEP 29702-710 - Colatina - ES
	Central de Mandados	
	Comissários da Infância e da Juventude	
	Contadoria-Protocolo-Distribuição	
	Central de Apoio Multidisciplinar	
	4ª Secretaria Inteligente Englobam: 1ª, 3ª e 4ª Vara Criminal	
	1º Juizado Especial Cível	
	2º Juizado Especial Cível	
	3º Juizado Especial Cível	
	2ª Vara Criminal	
	3ª Vara de Família e de Órfãos e Sucessões	
Marilândia	Fórum Desembargador Alfredo Cabral	Rua Luís Catelan, 206 Centro CEP 29725-000 - Marilândia - ES
Pancas	Fórum Desembargador José Cupertino de Castro Filho	Rua Jovino Nonato da Cunha, 295 Centro CEP 29750-000 - Pancas - ES

São Domingos do Norte	Fórum Desembargador José de Barros Wanderley	Rodovia ES-080, km 44 (Rodovia do Café), s/nº Emílio Calegari CEP 29745-000 - São Domingos do Norte - ES
São Gabriel da Palha	Fórum Desembargador Ayrton Martins Lemos	Rua 14 de maio, 131 Centro CEP 29780-000 - São Gabriel da Palha - ES
MICRORREGIÃO NORDESTE		
Boa Esperança	Fórum Desembargador Mário da Silva Nunes	Av. Virgílio Simonetti, 1206 Ilmo Covre CEP 29845-000 - Boa Esperança - ES
Conceição da Barra	Fórum Desembargador Ferreira Coelho	Rua Graciano Neves, 292 Centro CEP 29660-000 - Conceição da Barra - ES
Jaguaré	Fórum Desembargador Rômulo Finamori	Av. Nove de Agosto, 1410 Centro CEP 29950-000 - Jaguaré - ES
Pedro Canário	Fórum Desembargador Vicente Vasconcelos	Rua Deodato Vital dos Anjos s/nº - Bairro Novo Horizonte CEP 29970-000 - Pedro Canário/ES
Pinheiros	Fórum Desembargador Gilson Vieira de Mendonça	Rua Agenor Luiz Heringer, 888 Centro CEP 29980-000 - Pinheiros - ES
Montanha	Fórum Desembargador Ayres Xavier da Penha	Av. Antônio Paulino, 445 Centro CEP 29890-000 - Montanha - ES
Mucurici	Fórum Desembargador Gumercindo de Souza Mendes	Rua Presidente Castelo Branco, s/nº - Centro CEP 29880-000 - Mucurici/ES
São Mateus	Fórum Desembargador Santos Neves	Av. João Nardoto, 140
	Secretaria de Gestão do Foro	Jaqueline
	Gabinete do Juiz-Diretoria	CEP 29936-160 - São Mateus - ES
	Central de Mandados	
	Oficiais de Justiça	
	Contadoria	
	Protocolo	
	Central de Abertura de Processos	
	Central Multidisciplinar	
	CPD-Centro de Processamento de dados	
	4ª Secretaria Inteligente Englobam: 1ª e 3ª Vara Criminal	
	2ª Vara Criminal	
	1ª Vara Cível	
	2ª Vara Cível	
	3ª Vara Cível	
	4ª Vara Cível	
	1º Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública	
	2º Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública	
	Vara da Infância e Juventude	
MICRORREGIÃO NOROESTE		
Água Doce do Norte	Fórum Desembargador Moacir Figueiredo Cortes	Rua Padre Franco, s/nº Centro CEP 29820-000 - Água Doce do Norte - ES
Águia Branca	Fórum Desembargador Antonio José	Rua Dr. Walery Koszarowski, s/nº Praça dos Três Poderes CEP 29795-000 - Águia Branca - ES
Barra de São Francisco	Fórum Desembargador Danton Bastos	Rua Des. Danton Bastos, 95 Centro CEP 29800-000 - Barra de São Francisco - ES
Ecoporanga	Fórum Ministro Pereira de Sampaio	Av. Jurvalin Gerônimo de Souza, 987 Centro CEP 29850-000 - Ecoporanga - ES
Mantenópolis	Fórum Desembargador Christiano Vieira de Andrade	Praça Dom Luiz, 12 Centro CEP 29770-000 - Mantenópolis - ES
Nova Venécia	Fórum Doutor Ubaldo Ramallete Maia	Praça São Marcos, s/nº – Centro CEP 29830-000 – Nova Venécia - ES
PONTO DE INCLUSÃO DIGITAL		
PID Brejetuba		Rua José Olinto Badaró, 76, Centro – Brejetuba CEP: 29.630-000 E-mail: pid.brejetuba@tjes.jus.br Telefone: (27) 3733-1242
PID Divino São Lourenço		Praça do CRAS, s/nº, Centro – Divino de São Lourenço – CEP: 29.590-000 E-mail: pid.divinosaalourenco@tjes.jus.br
PID Governador Lindenberg		Avenida Anízio Ferreira Silva n.º 54, Centro – Ibitirama, CEP n.º 29.540-000 E-mail: pid.governadorlindenberg@tjes.jus.br

PID Irupi	Avenida Laurentino Miranda Leal, 110, Centro Irupi – CEP: 29.000-000 E-mail: pid.irupi@tjes.jus.br
PID São Roque do Canaã	Rua Lourenço Roldi, 512, São Roquinho – CRA São Roque do Canaã – CEP: 29.665-000 E-mail: pid.saoroquecanaa@tjes.jus.br
PID Sooretama	Av. Vista Alegre, 730 – Centro – em frente ao CM Aurora Nunes de Oliveira – Sooretama – C 29927-013 E-mail: pid.sooretama@tjes.jus.br

* O Quantitativo de unidades foi estimado de acordo com o quantitativo de ramais telefônicos disponíveis no catálogo de endereços do PJES, em caráter exemplificativo, https://www.tjes.jus.br/wp-content/uploads/Ramais_COMARCAS_28_11_25.pdf. Tais informações serão atualizadas conforme item 12.3.1.

Tabela 2- Relação de endereços - TJES e Corregedoria

Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo	Unidades	Endereços
	Palácio da Justiça	Rua Desembargador Homero Mafra, 60
	Áreas Judiciárias e Administrativas	Enseada do Suá CEP 29050-906 - Vitória - ES
	Áreas Judiciárias e Administrativas	Rua Desembargador Homero Mafra, nº 89 Enseada do Suá - Edifício Greenwich CEP 29050-275 - Vitória-ES
	Seção de Transporte	Rua Taciano Abaurre, 240 Enseada do Suá CEP 29050-470 - Vitória-ES
	Corregedoria Geral de Justiça	Av. João Batista Parra, 320
	Escola da Magistratura	Enseada do Suá CEP 29050-375 - Vitória - ES
	Seção de Patrimônio	Rodovia ES-010, km 04
	Arquivo Geral	Jardim Limoeiro CEP 29164-043 - Serra - ES

Tabela 3- Quantitativo total de trabalhadores do PJES por microrregião/mês

Microrregião Metropolitana / TJES e Corregedoria													
CIDADES	Meses												
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total Geral
CARIACICA	11	9	16	7	13	11	13	13	13	8	14	10	138
FUNDÃO	3				3				2				8
GUARAPARI	6	12	8	12	7	4	4	7	6	11	5	6	88
SERRA	9	8	14	7	24	15	14	13	10	12	15	13	154
VIANA	5	5	4	5	7	2	2	3	1	6	2	3	45
VILA VELHA	22	16	13	14	18	15	19	17	25	16	10	19	204
VITÓRIA	129	110	131	128	125	108	110	120	133	128	114	100	1436
Total Geral	185	160	186	173	197	155	162	173	190	181	160	151	2073

Microrregião Central Serrana													
CIDADES	MESES												
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total Geral
ITAGUACU	1			1	1			2				2	7
ITARANA	1	2			2	1	1	1	1				9
ANTA LEOPOLDINA	1		1			1	1			1	1		6
STA MARIA DE JETIBÁ	1	1	3	3	1	1	1			1			12

CIDADES	MESES												
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total Geral
ALEGRE	1	2	1	1	2	2	1	1	1	2	3	2	19
IM JESUS DO NORTE		1	3	3	1	1	1		2		2	1	15
DRES DO RIO PRETO	1	1						2			1	1	6
GUACUI	1	4	1	1	1	2	1	2	1	1	3	1	19
IBATIBA	1		3	1	1				1	1	1	2	11
IBITIRAMA		2		1	1			1					5
IÚNA		1		2	1	1	4	1	2	2	2	1	17
MUNIZ FREIRE			3		1		1	2				1	8
O JOSE DO CALCADO	1		1	3	1		2		1				9
Total Geral	5	11	12	12	9	6	10	9	8	6	12	9	109

Microrregião Rio Doce													
CIDADES	MESES												
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total Geral
ARACRUZ	2	2	4	4	5	9	5	5	3	6	5	1	51
IBIRACU	1		1	3			3		2	1	1		12
JOÃO NEIVA	1	1	1	1		1	1			1	2		9
LINHARES	6	6	7	6	8	3	10	8	9	5	7	10	85
RIO BANANAL	1	2	1	1		1	2				1	1	10
Total Geral	11	11	14	15	13	14	21	13	14	13	16	12	167

Microrregião Centro-Oeste														
CIDADES	MESES													
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total Geral	
ALTO RIO NOVO			1		1	1	3	1				1	8	
BAIXO GUANDU	3	1	1	1	1	2		1	1	1	1		13	
COLATINA	6	11	3	10	10	12	13	6	6	10	8	13	108	
MARILÂNDIA		1				1		2	1	1		1	7	
PANCAS	1		1		4		1		2	4	1		14	
AO DOMINGOS DO NORTE		1				1	1				3		6	
O GABRIEL DA PALHA	2		1	4		2	1		2	1	1	2	16	
Total Geral	12	14	7	15	16	19	19	10	12	17	14	17	172	

Microrregião Nordeste														
CIDADES	MESES													
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total Geral	
BOA ESPERANCA	1			1	1			2	1	1			7	
INCEIÇÃO DA BARRA			1	3	1	1	1	1	1	2	1	3	15	
JAGUARÉ		1		2		1	1		2	1			8	

MONTANHA					2	1	1		2	1		2	9
MUCURICI		1				1			1			3	6
PEDRO CANÁRIO		1			1	2				1	1	2	8
PINHEIROS		1			1	1	1			2	2		8
SAO MATEUS	5	2	7	5	11	4	5	2	7	8	1	3	60
Total Geral	6	6	8	11	17	11	9	5	14	16	5	13	121
Microrregião Noroeste													
	MESES												
CIDADES	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total Geral
UA DOCE DO NORTE					3	1		1				1	6
AGUIA BRANCA			1			2	1	1	1				6
BARRA DE SAO FRANCISCO	3	4	7	4	2	1	4		1	4		2	32
ECOPORANGA	1	1		1		1			1				5
MANTENOPOLIS			1			1	1		1		1	2	7
NOVA VENECIA		2	8	3	6	3	4	3	1	5	3	1	39
Total Geral	4	7	17	8	11	9	10	5	5	9	4	6	95

Fonte: Siarhes- novembro 2025

ADENDO II- Considerações para a análise de Riscos

A - CONSIDERAÇÕES ESPECÍFICAS PARA A ANÁLISE DE RISCOS QUÍMICOS

1 - Para a análise dos riscos químicos nos ambientes de trabalho do PIES, foram previamente identificados os locais onde há exposição a tais riscos:

- a) Gráfica: cola branca, querosene e lubrificantes.
- b) Almoxarifado – armazenamento e manipulação dos seguintes produtos: produtos de limpeza em geral com baixa concentração (álcool etílico, desinfetante, detergente líquido, limpador multi-uso, sabão em barra, sabão em pó), materiais de escritório (cola branca líquida, cola em bastão, corretivo, adesivo instantâneo universal, tinta para carimbo e toner) e cola tipo junta de motor.
- c) Serviços gerais – manipulação de produtos de limpeza em geral para higienização dos postos de trabalho e sanitários;
- d) Sala de enfermagem (CSPS/TJES) – manipulação de álcool 70%, clorexidina 1%, PVPI 10% e hipoclorito de sódio 2%;
- e) Copa/cozinha – preparação de café e lanche com uso de gás tipo GLP.

2 - A análise dos riscos químicos poderá sofrer alterações de acordo com a identificação de outras substâncias químicas não elencadas pela CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA especificar os produtos químicos identificados na fase de reconhecimento para cada ambiente de trabalho.

B - CONSIDERAÇÕES ESPECÍFICAS PARA ANÁLISE DE RISCOS DE ACIDENTE

1 - Para a análise dos riscos de acidentes, a CONTRATADA deverá considerar as seguintes especificidades:

- a) As atividades de segurança patrimonial e pessoal são realizadas por empregados de empresas terceirizadas ou por policiais militares por meio de convênio.
- b) Os arquivos de produtos apreendidos, que são recolhidos nas Varas Criminais, deverão ser inspecionados.

C – CONSIDERAÇÕES ESPECÍFICAS PARA AVALIAÇÃO QUALITATIVA DA EXPOSIÇÃO A AGENTES BIOLÓGICOS:

1 - A CONTRATADA deverá obedecer aos seguintes critérios e especificar:

- a) Caracterização da atividade e do agente em relação à NR-15 (Anexo 14) e NR-32 com atenção especial às atividades dos auxiliares de serviços gerais, banheiristas e profissionais da área de serviços de saúde;
- b) Descrição da atividade pela legislação;
- c) Descrição da atividade real (avaliar risco de contato com pessoas com doenças infectocontagiosas);
- d) Agente Avaliado;
- e) Tipo de exposição: habitual e permanente, quando integra a rotina normal da função (manutenção, operação, inspeções frequentes); habitual e intermitente, quando ocorre periodicamente, mas é inerente às atribuições (visitas técnicas, medições pontuais); eventual, quando não integra a rotina e ocorre apenas em situações extraordinárias
- f) Tempo de Exposição: Diário (h), Semanal (dia), Mensal (semana);
- g) Período de observação: Início (h), Final (h);
- h) Possíveis danos à saúde;
- i) Fonte geradora;
- j) Trajetória e meio de propagação;
- k) Medidas de Controle, recomendações e obrigações.

D – CONSIDERAÇÕES ESPECÍFICAS PARA AVALIAÇÃO QUALITATIVA DA PERICULOSIDADE – ELETRICIDADE

1 – A CONTRATADA deverá obedecer aos seguintes critérios e especificar:

- a) Caracterização da atividade e do risco em relação à NR-16 (Anexo 4) e NR-10, com atenção especial às atividades desenvolvidas por engenheiros eletricitas, técnicos em eletrotécnica e demais profissionais que atuam em instalações elétricas, incluindo manutenção, operação e trabalhos em proximidade com partes energizadas.

- b) Descrição da atividade pela legislação, incluindo o enquadramento nas situações previstas no Anexo 4 da NR-16, tais como: trabalhos em instalações elétricas energizadas; operações, ensaios, testes, medições e intervenções; atividades executadas em alta ou baixa tensão; permanência em áreas de risco elétrico; supervisão técnica presencial em áreas energizadas.

c) Descrição da atividade real, incluindo a observação do trabalho in loco, detalhando: se o profissional adentra ou permanece em áreas de risco elétrico; se realiza manobras, inspeções, medições ou manutenção; se acompanha equipes de eletricidade em operações energizadas; se há possibilidade de contato com partes vivas, arco elétrico ou energização acidental.

d) Risco avaliado, especificando: exposição à energia elétrica; contato ou proximidade com partes energizadas; risco de choque elétrico, queimaduras, arco elétrico, explosão e energização acidental.

e) Tipo de exposição: habitual e permanente, quando integra a rotina normal da função (manutenção, operação, inspeções frequentes); habitual e intermitente, quando ocorre periodicamente, mas é inerente às atribuições (visitas técnicas, medições pontuais); eventual, quando não integra a rotina e ocorre apenas em situações extraordinárias.

f) Tempo de exposição: diário (h/dia), semanal (dias/semana) ou mensal (semanas/mês).

g) Período de observação: indicar o horário de início e término da vistoria técnica, incluindo datas, locais e condições observadas.

h) Possíveis danos à saúde: choque elétrico com lesões graves ou fatais; queimaduras térmicas e elétricas; acidentes decorrentes de arco elétrico; danos neuromusculares e cardiovasculares; acidentes traumáticos decorrentes de quedas após choque.

i) Fonte geradora: identificação das origens do risco, tais como painéis elétricos e quadros de distribuição; subestações e cabines primárias; transformadores, disjuntores e barramentos; linhas aéreas ou subterrâneas; equipamentos energizados ou suscetíveis à energização acidental.

j) Zona de risco e condições de exposição: área de aproximação (zona controlada ou zona de risco, conforme NR-10); tensões envolvidas (alta ou baixa tensão); barreiras físicas ou ausência delas; possibilidade de falhas, curtos-circuitos ou arco elétrico.

k) Medidas de controle, recomendações e obrigações: procedimentos operacionais como permissão de trabalho e bloqueio/etiquetagem; EPCs como barreiras, isolantes, sinalização e aterramento temporário; EPIs como luvas, vestimentas anti-chama, protetor facial e calçados isolantes; necessidade de adequação das instalações conforme NR-10; treinamentos obrigatórios; recomendações para redução da exposição quando possível, sem prejuízo do enquadramento previsto pela NR-16

E – RISCOS PSICOSSOCIAIS

A avaliação dos riscos psicossociais será conduzida pela equipe própria da CONTRATANTE, devendo seus resultados e medidas de controle ser incorporados ao PGR, em conformidade com as diretrizes de gestão de riscos ocupacionais.

ADENDO III- TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO (Processo TJ/ES SEI! Nº 7010995-80.2025.8.08.0000)

Pelo presente Termo de Compromisso, a empresa _____, CNPJ (MF) _____, endereço _____, bairro _____, CEP _____, cidade _____, UF _____, Tel. _____, E-mail _____, por meio de seu representante legal _____, CPF (MF) _____, declara que o(s) responsável(eis) técnico(s) abaixo designado(s) será(ão) responsável(eis) pela futura execução dos serviços referentes ao objeto desta licitação e cujo(s) vínculo(s) será(ão) posteriormente comprovado(s).

Local/data

Representante Legal da Empresa
CPF (MF)
Registro em Conselho Profissional:

Responsável Técnico da CONTRATADA
Registro em Conselho Profissional:

Responsável Técnico da CONTRATADA
Registro em Conselho Profissional:

Responsável Técnico da CONTRATADA
Registro em Conselho Profissional:

Orientação assinatura:

Juliana Bozzato Schunk, Analista Judiciária AE Enfermagem, NF 4114566, jbschunk@tjes.jus.br

Geruza Maria de Almeida, Coordenadora de Serviços Psicossociais e de Saúde, NF 824723, gmalmeida@tjes.jus.br

Orientação assinatura: indicar nome, cargo, matrícula e e-mail dos responsáveis pela elaboração deste Termo de Referência bem como do responsável pela Unidade Demandante.



Documento assinado eletronicamente por JULIANA BOZZATO SCHUNK, ANALISTA JUDICIARIO AE ENFERMAGEM, em 18/05/2026, às 16:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GERUZA MARIA DE ALMEIDA, COORDENADOR DE SERVICOS PSICOSSOCIAIS E DE SAUDE**, em 18/05/2026, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3233051** e o código CRC **530C706A**.